

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**UMA CONCEPÇÃO DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES DA
OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP ATRAVÉS DA
CARTOGRAFIA SOCIAL.**

Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho

Profa. Dra. Andréia Medinilha Pancher

Rio Claro (SP)

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

SOFIA SANTOS VASQUES SIMÕES DE CARVALHO

UMA CONCEPÇÃO DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES
DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP
ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA SOCIAL.

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2021

C331c Carvalho, Sofia Santos Vasques Simões de
Uma concepção de gênero e interseccionalidades da
ocupação do município de Rio Claro - SP através da
cartografia social. / Sofia Santos Vasques Simões de
Carvalho. -- Rio Claro, 2021
76 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Andréia Medinilha Pancher

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Cartografia social.

4. Geografia feminista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

SOFIA SANTOS VASQUES SIMÕES DE CARVALHO

UMA CONCEPÇÃO DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES
DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP
ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA SOCIAL.

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma homenagem a todas as mulheres que passaram pela minha vida. Cada uma delas me trouxe ensinamentos, amor, carinho e todo o apoio para estar aqui. Começo pela minha mãe, Katia, que sempre me motivou a questionar o mundo e lutar pelas causas justas. Obrigada pelo amor infinito, você é meu suporte e inspiração. Agradeço também minhas tias, Rosa e Mariana, que trouxeram afeto em momentos difíceis, minhas irmãs, Gabriela e Manuela, pelas risadas e doçura e minhas avós, Maria Madalena e Ana Maria, cada uma revolucionária em sua forma, obrigada por lutarem por todas nós.

Durante minha passagem pela UNESP também me deparei com mulheres incríveis, que me acolheram e seguiram comigo na luta, agradeço em especial Marina e Nájela, obrigada por fazerem meus dias mais felizes, quero vocês para sempre na minha vida e Gabi Naomi pelo suporte teórico durante esta pesquisa. Nesta jornada também conheci Isabella, que revolucionou minha vida, obrigada por simplesmente tudo, espero que nossa caminhada e luta continue para frente e para sempre.

Não posso falar deste contexto sem enfatizar as professoras que tive a honra de prestigiar os trabalhos. Obrigada por me fortalecerem enquanto mulher pesquisadora. Em especial, agradeço à dedicação e ternura da professora Andreia Medinilha, que contribuiu muito para minha formação durante a graduação, e que também aceitou entrar nesta ideia comigo, me auxiliando pelo caminho. Agradeço também a professora Bernadete Carvalho pelo auxílio burocrático e pelas aulas, que com certeza mudaram o meu olhar sobre a licenciatura. Obrigada a todas as geógrafas, vocês são a base da nossa ciência.

Deixo também meu muito obrigada aos parceiros que me apoiaram e contribuíram para a pesquisa, Jonathan com o mapeamento e amizade e Tiago nos processos tecnológicos. Agradeço também meu pai, Moacyr pelo amor incondicional e aconchego sempre.

Um obrigada especial à todas as mulheres que responderam ao questionário que baseou esta pesquisa e às que me ajudaram com entrevistas e conversas. Por fim agradeço a todas as mulheres que já passaram e ainda passarão por este planeta, seguimos na luta!

RESUMO

Com base no mapeamento social/colaborativo, esta pesquisa buscou compreender a ocupação feminina do município de Rio Claro - SP, através de uma ótica geográfica sobre gênero e interseccionalidades. O objetivo fundamental deste trabalho foi analisar a violação do corpo, dos direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços do município. Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica, majoritariamente feminina e subversiva, pautando o conceito de gênero na luta por direitos e igualdade, considerando as interseccionalidades articuladas nas opressões de gênero, raça e classe. A partir da análise de referências, compreendeu-se também a importância de, junto à cartografia social, propor novas perspectivas de planejamento, como o insurgente. Neste sentido, destaca-se o conceito do direito à cidade, concebido por Henri Lefebvre (1968), o qual abarca as problemáticas aqui apresentadas, pois através deste, são analisadas as perspectivas de bem estar e usufruto da cidade pelas mulheres. Para tal contemplação, foi elaborado um questionário, aplicado a 331 mulheres moradoras de Rio Claro, maiores de 18 anos, com questões sobre segurança, bem estar e envolvimento político. As respostas serviram de base para a elaboração do mapa “Mapa colaborativo do nível de segurança e insegurança das mulheres no município de Rio Claro – SP (2021)” e de um infográfico, tanto para o compartilhamento com as mulheres que responderam ao questionário, quanto para possíveis divulgações sobre as informações coletadas. Ambos seguiram os critérios de acessibilidade que fundamentam a cartografia participativa. Também, espera-se a dinamicidade dos mesmos, propiciando modelos para estruturar a luta por direitos das mulheres rioclarenses. Com base nos resultados obtidos, foi possível elaborar algumas reflexões e propostas, destacando-se a urgência de novas abordagens geográficas, compreendendo o corpo como espaço e o uso da cartografia social e insurgente como ferramenta de análise e luta. Vale salientar, que durante o desenvolvimento desta pesquisa, a COVID – 19 alastrou-se pelo globo; por essa razão, todos os dados foram obtidos de forma virtual, mantendo todas as exigências prescritas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Palavras-chave: Cartografia social. Geografia e gênero. Direito à cidade.

ABSTRACT

This research aims, through the tool of social/collaborative mapping, to understand the female occupation of the county of Rio Claro - SP, through a geographic perspective about gender and intersectionality. The main objective of this work is to analyze the violation of the body, rights, daily life and well-being of women in the city. For this, a bibliographic review was made, mainly female and subversive, guiding the concept of gender in the fight for rights and equality, considering the intersectionalities articulated in the oppression of gender, race and class. To do those analysis, it is also understood the importance of, next to the social cartography, proposing new planning perspectives, such as the insurgent. As a concept that encompasses the issues brought up, there is the right to the city, conceived by Henri Lefebvre (1968), through these perspectives of social well-being and enjoyment of the city by women are analyzed. For such contemplation, a questionnaire was made, applied to 331 women living in Rio Claro, over 18, with questions about security, well-being and political involvement. The answers serve as a basis for the elaboration of a map and an infographic, for sharing with the women who answered the questionnaire and to share the information that was collected. Both follow the accessibility criteria that underlie participatory cartography. Also, they are expected to be dynamic, providing models to structure the fight for women's rights in Rio Claro. With the results, some reflections and proposals were made, among which the urgency of new geographical approaches is highlighted, understanding the body as space and the use of social and insurgent cartography as a tool of analysis and fight. During the process of elaboration and studies, COVID - 19 spread across the globe and all data were obtained virtually, maintaining all the requirements prescribed by the World Health Organization (WHO).

Keywords: Social cartography. Geography and gender. Right to the city.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo Principal:	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3 CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICAS	16
3.1 Espaço, lugar e tempo.....	16
3.2 O conceito de interseccionalidade	19
4 O DIREITO À CIDADE	23
4.1 O direito à cidade de Rio Claro e as influências da COVID -19	25
4.1.1 O caso de Rio Claro	27
5 A CARTOGRAFIA SOCIAL.....	31
6 MATERIAIS E MÉTODOS	35
6.1 Elaboração e aplicação do Questionário.....	37
6.3 Elaboração do mapeamento colaborativo	43
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
BIBLIOGRAFIA	57
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	59
ANEXOS	60
Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	60
Anexo 2 – Formulário de aceite do TCLE	63
Anexo 3 – Questionário “Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro – SP”.	64

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se embasou em referências subversivas e decoloniais, divergindo em alguns momentos dos traços da ciência moderna, cuja característica da objetividade e racionalidade, segundo Joseli Maria (2009), distancia o pesquisador do objeto de estudo. Com este pressuposto, a conceituação de gênero neste momento, se pauta na luta por direitos e igualdade, levando em consideração as interseccionalidades articuladas nas opressões de gênero, raça e classe.

O próprio conceito de raça se torna de complexa abordagem, como demonstra Anibal Quijano (2005) em “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, ao afirmar que o conceito foi criado para justificar e legitimar a violência, naturalizando a dominação histórica e classificando povos diversos e distintos em apenas uma raça. Desta forma, estes povos são relacionados com a natureza, selvageria e então a barbárie e a partir desta concepção eurocêntrica de superioridade, justifica-se a violação de direitos.

Na modernidade estas questões são perpetuadas, a partir dos colonizadores sendo autointitulados como criadores da modernidade. O autor propõe uma “transmodernidade”, não assumindo essa diacronia, dando prosseguimento a um processo alternativo, sendo este uma modernidade que reconheça outros mundos e realidades não europeias, o que será adotado neste trabalho.

Estas complexidades de conceituação, e principalmente legitimação na Geografia, também são abordagens escassas e dificultadas, como discute Joseli Maria Silva (2009) em “Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade”:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas adequadas como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. (SILVA 2009, p. 26)

Assim, na tentativa de superar estes discursos, concretizam-se o lugar e o espaço como categorias fundamentais de análise geográfica em relação a sexualidade e gênero, sendo o segundo não só sua materialidade, mas entendendo o corpo como parte de sua configuração,

fazendo com que sejam repensadas as escalas tradicionais, até então utilizadas na ciência geográfica.

Linda McDowell (1999) em *“Gender, Identity and Place”*, analisa os corpos a partir de uma perspectiva em que o feminino e o masculino variam de acordo com o tempo e o espaço. O espaço, para Milton Santos (1985), é entendido como ativo, ou seja, transformador da totalidade social, através das dialéticas espaciais, como o Estado e Mercado, Interno e Externo e Antigo e Novo.

As dialéticas espaciais se tornam diretamente articuladas às questões deste estudo, tendo o Estado e o mercado como principais mantenedores da violência e opressão contra a mulher, negligenciando e demarcando corpos passíveis de isolamento e marginalização, através da falta de políticas públicas, assessoramento às já existentes e assim reafirmando toda a matriz de dominação nas relações de gênero, raça e classe social presentes na atualidade.

Da mesma forma que as teorias e metodologias se enrijecem a partir de preceitos não plurais, concretiza-se uma arquitetura agressiva conservadora do caos urbano, distante de um sentimento de bem estar individual ou coletivo, não permitindo a ocupação integral dos espaços e desrespeitando as individualidades. Logo, este trabalho também poderá ser destinado a órgãos de planejamento e gestão de cidades, possibilitando um novo olhar a arquitetura e políticas voltadas às cidadãs e para todos, afinal, uma cidade melhor para mulheres é uma cidade melhor para todos.

Em forma de aprofundamento a temática voltada às questões de planejamento e gênero, a seguir será traçado um breve histórico das lutas urbanas feministas interpostas ao conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre (1968), regidas pelos altos e baixos dos movimentos sociais.

No Brasil, com a ditadura militar, os movimentos sociais foram condenados e remanejados nos chamados “movimentos de bairros”, o que acarretou em lapsos em suas lutas e propostas, principalmente no movimento feminista, este que ainda não havia se consolidado no país e já se via desestruturado.

Em 1975, com a criação da Fundação das Mulheres do Brasil, aprovou-se a lei do divórcio, criando-se o Movimento Feminino pela Anistia. Nos anos 1980 o Conselho dos Direitos da Mulher, posteriormente convertido em Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e atualmente conhecido como Secretaria de Políticas para as Mulheres, fez história na luta por direitos e igualdade no país. Porém, de acordo com os dados concedidos pela Agência Câmara

de Notícias (2020), infelizmente se mostra fragilizada na atual governança opressora de Jaír Messias Bolsonaro.

Em 2021, com o governo dividido em pastas, o chamado “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” é administrado pela pastora evangélica Damares Regina Alves e foi concebido para articular as questões referentes às secretarias e políticas citadas, no entanto, o cenário demonstra descaso e negligência.

De acordo com os dados apresentados no panorama do governo federal, através do portal da transparência, disponíveis também na plataforma “Agência Câmara de Notícias”, entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério, foi reduzido de R\$ 119 milhões à R\$ 5,3 milhões. A pasta concedida a administração de Damares é uma das que menos recebe recursos, sendo que, também de acordo com a plataforma, do total de R\$ 500 milhões previstos, apenas R\$ 240 milhões foram executados.

Com base nesta contextualização, para a realização deste estudo, foi selecionado o município de Rio Claro, localizado no interior paulista, a 173 km da capital do estado de São Paulo. Rio Claro é um município de 188 anos, com destacada importância na era cafeeira do país e portanto, estruturado a partir dos ideais tradicionais de desenvolvimento do Brasil.

A atuação política das mulheres na cidade se articula principalmente por intermédio do Conselho das Mulheres em reuniões abertas. Em um breve histórico, o marco inicial das causas relacionadas a gênero, é o decreto Legislativo nº 65/91 de 1992, que cria a Semana da Mulher de Rio Claro, demanda do extinto Fórum de Mulheres, em que parte da população feminina do município se articulava para luta de direitos e, principalmente, a emancipação das mulheres. Em 1997 se concebe a carta das mulheres de Rio Claro, marco incentivador de diversos ganhos como o Centro de Referência e Atendimento à Mulher.

Uma das mais importantes referências para a cidade na luta ao combate à violência contra a mulher ocorreu em 2010, com a implantação da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM); que em 2017 ganhou um prédio próprio – anteriormente funcionava junto a outros setores da Polícia Civil.

Junto à Comissão das Mulheres Advogadas de Rio Claro (CMARC) a luta permanece, agora pelo atendimento 24h na delegacia. Em 27 de junho de 2019, Rio Claro também recebeu um novo serviço judiciário, o Anexo de Violência Doméstica Familiar e Contra a Mulher, assessorado pela CMARC.

Notando a luta e todos os alicerces por esta estabelecidos, os dados que foram considerados nesta pesquisa demonstram que, nem todas as mulheres possuem acesso aos seus direitos e quando os possuem, muitas vezes não são atendidos em sua integralidade, principalmente quando pautados nas interseccionalidades.

O estudo intitulado “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, demonstrou uma pequena queda nas taxas de mortalidade das mulheres em 2006, ano que entrou em vigor a Lei Maria da Penha. Porém, no início de 2007, as taxas voltaram a aumentar, e em 2011 (ano do último cadastro) o índice que anteriormente era de 5,28 por 100 mil mulheres ultrapassava 5,43.

Quando considerada raça e classe social, estes índices demonstram uma realidade alarmante. Considerando-se que a implementação das políticas ocorreu em todo território nacional, é possível analisar a atuação de maneiras diferentes, para além das disparidades regionais, mas também para cada mulher - comprovadas quando observado o aumento do feminicídio negro e a diminuição do feminicídio branco em uma mesma escala temporal.

Os alicerces legais são de extrema relevância, tendo em vista o longo histórico de luta. Contudo, de acordo com o cenário exposto, depreende-se que os problemas precedentes são ignorados e os altos índices de feminicídio são um reflexo desta conjuntura, que se esboça pelo genocídio contra as mulheres.

Este quadro, é reflexo das condições históricas, geradoras das práticas sociais que o permitem, voltando assim à questão do Estado como o principal mantenedor da violação do corpo feminino em prol da reafirmação do sistema.

Este sistema é sustentado a partir do capital seletivo e das políticas públicas, as quais são desenvolvidas para e por este. Com isto, é assimilado que o poder público encara as políticas de transporte, saúde, habitação, educação e todas as ações referentes ao bem-estar da população como neutras, não considerando um recorte de gênero, raça ou classe, apenas conduzindo-as às prioridades do mercado.

Nas questões de mobilidade por exemplo, de acordo com um levantamento feito entre fevereiro e março de 2017, pela plataforma Gênero e Número junto a órgãos municipais, entre as 34 lideranças de secretarias municipais e autarquias das capitais, cujas responsabilidades eram associadas à mobilidade urbana, existiam somente cinco mulheres (menos de 15%), ocupando cargos; em contrapartida, fazemos parte de mais de 80% dos usuários de ônibus.

Este cenário é recorrente em todos os aspectos da vida pública, sendo as mulheres mais pobres, transexuais, negras, com estas características concomitantes ou não, as mais abaladas nas estruturas sociais. São justamente estas que formam 80% dos usuários dos transportes públicos e fazem parte de um sistema totalmente brutal.

Neste contexto, há também a dificuldade relacionada aos dados, cada vez menos se investe em estudos e obtenção de informação relacionada a minorias sociais. Pesquisas acadêmicas sobre gênero, sexualidade e geografia humana, por exemplo, também se tornam cada vez mais barradas, à medida que são vistas como uma afronta às estruturas conservadoras do Estado.

Observando esta dificuldade, se reconhece a importância de não consentir com a invisibilidade das mulheres transexuais brasileiras, as quais são completamente desconsideradas nas pesquisas, sendo este aspecto um dos influenciadores da análise interseccional adotada nesta pesquisa.

O corpo transgênero é violado para além das formas aqui abordadas, sua existência é negada por uma espacialidade hegemônica, sobrando apenas seus corpos sustentados por ações políticas, que declaram a humanidade, ou não, existentes em uma vida, como teoriza Judith Butler em “Vida precária. Os poderes do luto e da violência” (2019), tangendo também a importância dos estudos de necropolítica nesta área.

Examinando estas concepções, a cartografia social se fez uma ferramenta de análise e luta na tentativa de atender, através do protagonismo das mulheres rioclarenses, uma demanda ainda não correspondida pelos órgãos públicos da cidade.

Esta forma de elaboração cartográfica, também compreendida como mapeamento participativo/colaborativo, é particular das fundamentações “investigação-ação-participativa”, conceituadas por Costa et al (2016) como uma ferramenta ou meio técnico, resultado de uma ação colaborativa com o objetivo de uso no planejamento e na transformação social, sempre buscando uma linguagem mais acessível. De acordo com os mesmos autores, esta corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural, elaborado sob os preceitos da coletividade onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos através do espaço.

Além da colaboração da cartografia social, atenua-se também os princípios para um planejamento insurgente, para isso, consulta-se aqui principalmente a obra de Faranak Miraftab

(2016), “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”. A autora feminista e defensora de uma reação, dita radical, em relação ao planejamento tradicional, busca em suas obras novas perspectivas acerca da participação social, na criação e atuação de políticas públicas, visto o cenário contemporâneo neoliberal que sonda o globo. Por meio destes princípios democráticos surge a possibilidade do combate a alienação e transcendência do binarismo eurocêntrico regulado nas relações de poder através de mapas.

Assim, a possibilidade de abordar o mapeamento como um processo contínuo de aprendizado e atualizações não só do espaço, mas também para com o sujeito histórico que o ocupa e o produz, proporciona a visualização gráfica da sua história e de suas reivindicações de forma sistematizada, acessível e democrática, usufruindo dos locais públicos, não só como cenários do cotidiano, mas como espaços de vivência integral que devem ser ocupados, como expressa Costa et. al (2016) refletindo sobre as possibilidades abarcadas na cartografia social

Compreende-se que uma mesma população tem a capacidade de produzir diversos mapas em diferentes momentos históricos sobre o mesmo espaço. Os mapas são dinâmicos e as lutas dos movimentos sociais não são fixas, novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades o que propicia a construção e reconstrução dos mapas. (COSTA et. al 2016, p. 76)

A cartografia social atrelada ao planejamento insurgente, nos permite repensar de que modo a legitimação do conhecimento é feita na modernidade e como podemos validar conhecimentos não elencados como científicos, de forma a abranger uma reflexão sobre paradigmas de ensino, cultura e qualidade de vida.

Assim, viabiliza-se a construção de novas reflexões de como, nós mulheres educadoras, geógrafas, acadêmicas etc. podemos transformar o pensamento de forma libertadora e emancipatória, considerando todos os corpos como livres e atos políticos a serem preservados, cuidados e acima de tudo respeitados.

Para tais reflexões, propôs-se um estudo com 331 mulheres residentes do município de Rio Claro, através da aplicação de um questionário online, e posteriormente um mapeamento a partir das respostas. Com a pandemia da COVID – 19, durante os anos de execução do estudo, algumas propostas estabelecidas foram dificultadas. A elaboração do mapeamento coletivo, junto às munícipes, consumou-se apenas no formato virtual, assim como entrevistas e diálogos com representantes da sociedade, seguindo as normas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS).

2 OBJETIVOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram elaborados os objetivos, destacados a seguir:

2.1 Objetivo Principal:

O objetivo fundamental desta pesquisa foi analisar a violação do corpo, dos direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços da área urbana do município de Rio Claro – SP.

2.2 Objetivos Específicos:

- A) Periodizar os históricos de luta, referentes à segurança e direitos das mulheres no Brasil, no estado de São Paulo e em Rio Claro - SP
- B) Investigar novas perspectivas de análises espaciais transversais às questões de gênero, classe e raça.
- C) Identificar e mapear, de forma insurgente e colaborativa, os locais de maior incidência de violência e insegurança devido às questões relacionadas ao gênero no município de Rio Claro – SP.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISES GEOGRÁFICAS

Neste capítulo pretende-se aprofundar as concepções geográficas de espaço, lugar e tempo associadas ao conceito de interseccionalidade, através de uma revisão bibliográfica, somando-se às análises de gênero dos processos, tendo como contrapartida as geografias feministas subversivas.

3.1 Espaço, lugar e tempo

Em “Espaço e Método”, Milton Santos (1985) aborda as questões das escalas a partir das dinâmicas econômicas e produtivas do capital. Desta forma, confere-se o objeto de estudo da geografia, como o espaço influenciado pela técnica. A partir dos denominados subprocessos, o autor examina como há a formulação de um “espaço produtivo como um todo” (p. 64), abordado no seguinte trecho:

Tais espaços "de produção", "de circulação", "de distribuição", "de consumo" podem ser analiticamente distinguíveis e analiticamente enxergados, como se dispusessem de uma existência autônoma. Na verdade, porém, seu valor real não é dado de forma independente, mas como um resultado da conjunção de ações, nem sempre perceptíveis a olho nu, pertinentes a cada qual das instâncias produtivas. (...) O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço. (SANTOS, 1985, p. 64)

Para Santos (op cit.), o estudo de tais resultados da conjunção de ações, se associa aos chamados fixos e fluxos, abordado também posteriormente em seu livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (1996). Nesta obra, o autor concretiza os objetos de estudos da geografia baseando-se nos pares dialéticos: Estado e Mercado, Interno e Externo e Antigo e Novo, compreendendo o espaço como transformador da totalidade social, ou seja, como ativo.

A busca da produção espacial regida por estes agentes, apesar de atender questões relacionadas à raça, ignora a influência da mulher e as questões relacionadas às condições sobrepostas ao gênero, reafirmando o histórico de um pensamento geográfico majoritariamente proposto a partir de uma ótica masculina.

Joseli Maria Silva (2011), em seu livro “Interseccionalidades gênero e sexualidades na análise espacial”, propõe uma refutação de teorias binárias, A autora entende que tais perspectivas situam uma análise identitária homogênea, não respeitando pluralidades. Ao consultar outras obras da geografia feminista, a autora afirma:

Esta perspectiva identitária busca superar o princípio dualista binário que impossibilita a análise da diversidade e da complexidade. A simples oposição feminino/masculino, branco/negro, ricos/pobres, homossexual/heterossexual, direita/esquerda obscurece e oculta as experiências concretas das pessoas, já que suas identidades se compõem de uma imensa possibilidade de combinações de facetas identitárias em tempo e espaço. É preciso superar o essencialismo das identidades e criar uma análise política de suas articulações e negociações. (SILVA, 2011, p. 18)

Contudo, a perspectiva de Santos (1996) não deve ser desconsiderada, mas sim interposta a novas possibilidades. Neste sentido, a geógrafa britânica Linda McDowell (1999), destacou que o conceito de gênero é concebido como a materialidade das relações sociais fundadas nas estruturas oposicionais e binárias, intimamente ligadas à produção social do espaço, como por exemplo, quando relaciona os meios naturais à figura feminina e os meios produzidos ao masculino, consubstanciando o ideal de Silva (2011).

Este espaço, projetado através da lógica burguesa, capitalista, eurocêntrica e heteronormativa, está sujeito às necessidades do mercado, assistindo o cidadão como consumidor. Este conceito é trabalhado por Santos (2007) em “O espaço do cidadão”, onde o autor destaca a influência do capital e do mercado, a partir das verticalidades e horizontalidades, sob a não busca do cidadão por direitos, mas sim por privilégios. A partir deste princípio, compreende-se a mulher em mais desvantagem, visto o privilégio social masculino.

Doreen Massey (2000), em “Um sentido global do lugar”, também propõe novas visões sobre a vivência do espaço, abordando este como relacional, ou seja, sempre está se relacionando com outros lugares. A partir deste cenário, a autora conceitua a “geometria do poder”, abordando o fato de que “diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões” (p. 179). Desta forma, segundo a autora, a mobilidade e a comunicação são controladas por agentes hegemônicos, e à medida que ocorrem conexões, consequentemente são gerados isolamentos.

Neste propósito de repensar o sentido do lugar, utilizando o conceito marxista (1982) “compressão de tempo-espaço”, Massey (op. cit) demonstra que a nova fase de internacionalização do capital não depende unicamente do capital financeiro, mas também de questões como a raça e gênero. Este recorte possibilita uma investigação da totalidade do espaço e das ordens globais, diferenciadas ao que a geografia sempre propôs, sendo as questões de gênero tão influentes quanto o capital nas articulações, como explica Massey (2000, p. 178):

Entre as muitas coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, a raça e o gênero. O quanto podemos nos deslocar entre países, caminhar à noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que modo a

mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes (...) - não pelo “capital”, mas pelos homens. (...) A aceleração atual talvez esteja fortemente determinada pelas forças econômicas, mas não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar. Em outras palavras e dito de forma simples, há muito mais coisas determinando a vivência do espaço do que o “capital”.

Assim, entende-se que a produção do espaço se torna distante da figura feminina, conclusão legitimada por Silva (2011). Esta aponta que, os sujeitos sociais capazes de produzir e dominar o espaço e suas relações, são os detentores do capital e consequentemente, influentes nas dinâmicas estruturais, assim como demonstra Massey (2000).

Compreendendo tais conceitos, infere-se que as desigualdades de gênero e então, a violência contra a mulher, destacados neste trabalho, derivam das relações de poder e hierarquia que projeta, nós mulheres, de forma invisível e violenta na produção espacial, abarcando uma nova concepção a ser evidenciada nas ciências geográficas, a generificação do espaço.

Segundo Oliveira e Henrique (2009), a generificação do espaço é como um passo motivador para compreender a gênese espaço/gênero, com outras categorias sociais, ultrapassando o âmbito físico dos corpos para passar a produzir, dialeticamente os espaços, os quais originam as relações de gênero. Para os autores:

Tanto o espaço quanto o gênero são produtos de relações sociais imersas numa forte trama de poder. As lógicas de produção do espaço perpetuam os interesses dos gêneros inteligíveis gerando a abjeção simbólica e espacial dos sujeitos que não correspondem às linearidades entre órgãos, desejo e representação social. A abjeção é um processo de exclusão/segregação que tornam os gêneros abjetos e forjam espaços segregados. As periferias generificadas ou os centros obsoletos são espaços de concentração dos gêneros ilícitos segundo a matriz heterossexual. São nesses espaços que os seres abjetos encontram condições favoráveis para sua reprodução, subvertendo as normas anteriormente impostas pelo processo contínuo de generificação. (OLIVEIRA e HENRIQUE, 2009, p. 8).

A pesquisa aqui proposta é embasada nessas características destacadas por Oliveira e Henrique (op cit.), integrando as noções de raça e gênero ao espaço. Tal assimilação responde a teoria interseccional, abordagem que propicia uma reflexão da experiência do espaço e lugar, a partir da vivência, não somente de mulheres cisgêneros, brancas e heterossexuais.

Para uma maior compreensão do conceito de espaço vivido, deve-se diferenciá-lo do lugar. O lugar está compreendido a partir da experiência humana e suas afeições. Desta forma, compreender tal conceito, requer examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e a intensidade de nossas experiências de/no lugar (RELPH, 1976, apud HOLZER, 1996).

Desta forma, o resgate da noção de “espaço vivido”, principiante nas obras de Frémont (1980), se torna objeto, através da discussão conceitual e metodológica da oposição ao “espaço alienado”, respaldando-se do pressuposto de que “a alienação esvazia progressivamente o espaço dos seus valores, para o reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos da apropriação, do condicionamento e da reprodução social” (p. 242). Em consequência disto, os seres humanos se tornam estranhos a si próprios e ao espaço onde vivem.

3.2 O conceito de interseccionalidade

A partir dos fundamentos apresentados no item anterior (3.1), carece então a percepção da interseccionalidade como forma de análise da complexidade do espaço geográfico, sobreposta a vivência. Para melhor compreendê-la, cabe aqui uma releitura do histórico do feminismo.

A luta por direitos das mulheres inicia-se com reivindicações atribuídas a uma unicidade de gênero, ou seja, descartando a pluralidade. A origem do conceito de interseccionalidade, atribui-se principalmente a estas mulheres excluídas das pautas feministas. A partir da consciência de que existem diferentes vivências espaciais - como as de mulheres negras e brancas - os princípios identitários começaram a ser questionados.

O feminismo branco negava a existência da realidade da mulher negra e também de mulheres brancas pobres e lésbicas. Com a efervescência e consolidação do feminismo negro, ou *black feminism*, na década de 1980, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, questionamentos sobre privilégios de raça e classe começam a ser pautados e as bases epistemológicas, até então definidas pelo feminismo branco, remodeladas.

No texto “Mulheres brancas escutem! Feminismo negro e as fronteiras da fraternidade.”, Hazel Carby (1982) denuncia o racismo dentro do feminismo, e ainda aponta o fato dos homens negros não disporem do mesmo poder patriarcal que os brancos. Sendo assim, a dominação das mulheres negras provém também, e principalmente, de homens brancos, estas reflexões também são atenuadas quanto às questões relacionadas ao trabalho.

Nas perspectivas marxistas, por exemplo, a relevância do papel da mulher na estrutura de exploração capitalista é desconsiderada. O feminismo revolve estas questões atenuando o papel da mulher, como reprodutora da mão de obra, mas não se atenta as dinâmicas complexas, que devem ser consideradas, ao analisar o histórico da mulher negra.

Esta reflexão é possibilitada por Carby (1982), quando afirma que as mulheres negras são exploradas de forma intensiva. Tal exploração se perpetua na “reprodução de mão de obra de sua própria esfera e, simultaneamente a reprodução da mão de obra branca na casa dos brancos”. Ainda sobre o tema, a autora afirma que

O que precisamos compreender é, antes de tudo, como o papel das mulheres negras nos trabalhos rural, industrial ou doméstico afeta a construção das ideologias da sexualidade feminina negra, que se diferenciam das sexualidades femininas brancas e habitualmente estão construídas em oposição a estas. E, por outro lado, como se relaciona o papel com a luta das mulheres negras pelo controle de sua própria sexualidade. (CARBY, 1982, p. 217).

Além de Carby (1982), outras autoras pontuam questões relacionadas ao feminismo negro que embasaram a conceituação de interseccionalidade. Vale aqui ressaltar nomes como o de Angela Davis (2016), autora que propõe leituras sobre a mulher negra e o espaço estadunidense, além do questionamento da hipersexualização do corpo negro e Patricia Hill Collins (1990), esta que apresenta o conceito de “matriz de dominação”, o qual demonstra as diversas dominações que um indivíduo está sujeito. Em busca de sintetizar esta conceituação, a definição trazida pela autora norte americana Kimberlé Crenshaw (1993), é de extrema importância. Segundo ela interseccionalidade é

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 1993, p. 1260).

Outra autora de suma importância é a brasileira Lélia Gonzales, a qual foi pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil, com suas principais obras resgatadas e compiladas em “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020), livro que debate as múltiplas identidades afro-latino-americanas.

Com este resgate é possível enxergar a conexão entre feminismo negro e interseccionalidade, no entanto, a partir desta reflexão surge um novo desmembramento do movimento, abarcando agora as mulheres não brancas, mas que não possuem o mesmo passado escravista de mulheres negras.

No livro “Pode um subalterno falar?”, a autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1998), a partir da perspectiva e consciência da mulher, enquanto subalterna (aquela que está

sob as ordens do outro, que é subordinada ou inferior), aponta a dificuldade de reivindicar direitos dos que não se encaixam a nenhum movimento até então concretizado, além disto, têm o histórico de feminicídio apagado e negligenciado. Ela afirma que estas mulheres sofrem múltiplas marginalizações, que são recobradas à medida que há a intensificação das migrações, e então, as identidades mais diversificadas.

Assim como Spivak (1998) recorre em seus textos sobre as mulheres asiáticas - apesar de o feminismo ocidental não se aplicar ao Oriente, devido ao contexto de classe e formas de opressão díspares, também é possível compreender tal sentimento e reflexão sobre as mulheres latino americanas.

A partir do momento em que a teoria interseccional surge, através da motivação de se conceber a rigidez com que os atores hegemônicos dominam e oprimem as mulheres, sem categorizar um aspecto sobre outro (gênero, raça, classe, etc.), pouco se aprofundou em relação às espacialidades (VALENTINE, 2007). Desta forma, na Geografia tradicional alguns obstáculos foram encontrados, no que se diz à prática, a partir do momento em que este aprofundamento necessita de longos estudos, tempo e, principalmente, recursos (VALENTINE, 2007; ROSE, 1993).

Em um primeiro momento, segundo Valentine (2007), as tentativas de elucidação sobre a interseccionalidades foram atreladas a modelos matemáticos. De acordo com Silva (2011), estas análises ortodoxas são errôneas, já que variam espacialmente, de acordo com as categorias geográficas analisadas anteriormente. A autora propõe tal afirmação, principalmente buscando enviesar o estudo baseado na composição de uma Geografia latina, o que merece enfoque ainda maior, devido ao alto número de estudos da área serem oriundos da região anglo-americana (SILVA; SILVA, 2011).

É reconhecido, portanto, que a teoria das interseccionalidades, deve ser essencial ao estudo latino americano e, portanto, deste trabalho, permitindo compreender a importância da superação da unicidade de gênero, a partir da percepção de como diferentes identidades conduzem a diferentes opressões. Estas coincidem no ponto em que os oprimidos não alcançam uma vivência total do espaço.

Uma vez que as pluralidades devem ser respeitadas para uma vivência ampla de um espaço também plural, configura-se um cenário oposto a isto. As cidades são a concretude desta oposição. À medida que são analisadas, é perceptível compreender que, os ideais traçados pela sociedade são evidenciados nas estruturas urbanas. Tratando-se assim, de um urbanismo

hegemonicamente machista, violento, impositivo e consequentemente padronizado a partir destas normas. A partir desta análise entende-se que o direito à cidade se distingue para cada indivíduo.

4 O DIREITO À CIDADE

O termo cunhado pelo francês Henri Lefebvre em 1968, refletia a exaltação das pautas da época, como a oposição ao conservadorismo e a liberação sexual, com manifestações dirigidas pelos movimentos sociais. O direito à cidade foi um livro manifesto, escrito pelo autor em homenagem ao centenário de “O capital” de Karl Marx (1867). A partir da obra, muitos estudos se voltaram ao direito igualitário à vida urbana e oponentes à mercantilização da mesma. Para Lefebvre (1972), o direito à cidade se resume em

(..) ele significa o direito dos cidadãos/citadinos e de grupos que eles constituem (sobre a base de relações sociais) a figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação de informação, de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade.(LEFEBVRE, 1972, p.162).

Esta inquietação acadêmica e social nos sentidos urbanísticos findou-se em um capítulo na Constituição de 1988, o que trouxe mais influências administrativas e regimentais nas próximas duas décadas do Brasil, uma destas é o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). O documento, apesar de ser de extrema importância e modelo para muitas práticas de planejamento, ainda segue o ideal de busca por infraestrutura e aparelhos urbanos, mais uma vez carecendo da demanda por uma renovação da produção do espaço.

Para compreender melhor essa busca pelo direito à cidade ao longo dos anos, é necessário assimilar o fato de que, todos os cidadãos contribuem para a construção deste ideário de vida urbana, seja ao andar pelas ruas sem medo, independente da hora ou lugar, utilizando transporte público, elegendo governantes, ocupando espaços públicos, participando de protestos, entre outros. Sendo assim, se a cidade é produzida de forma coletiva, do mesmo modo deveria ser usufruída.

Como citado, essa renovação da vida urbana, não é atendida somente em relação a uma demanda de aparelhos urbanos, habitacionais, de transporte etc., mas sim a partir da desconstrução da reprodução e apropriação espacial. O direito urbano deve ir além de políticas públicas ou marcos legais, ou seja, deve se estabelecer através de uma ruptura do atual modelo de urbanização e da mercantilização das cidades, a partir do capital seletivo. Sobre esta linha tênue entre o direito individual e coletivo, o geógrafo britânico David Harvey (2012) afirma que

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação

depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p.74)

Deste modo, uma transformação radical é necessária, como Faranak Miraftab (2016) reivindica em “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano” e para além desta, se mostra necessária uma força coletiva que reformule estes processos de produção espacial.

Nesta pesquisa, a revisão do direito à cidade, provou ser necessária, a partir do momento em que este, em seu princípio, evidencia que as desigualdades e opressões são assentadas pela produção do espaço. Neste sentido, entende-se que uma cidade planejada, por e para mulheres, é sinônimo de uma produção coletiva e estruturalmente radical.

Atrelado ao conceito de direito à cidade, aqui se estabelece a necessidade da produção de cidades democráticas e participativas, mas ao mesmo tempo em um formato considerado radical, o que alguns autores abordam como planejamento insurgente. Faranak (2016) situa o planejamento em um momento de crise identitária; a autora crítica sua essência como profissão, afirmando que “(...)se auto enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado.” (p. 365).

Estas manifestações desequilibradas do planejamento ao longo dos anos, estão fundamentadas a processos longos de uso irracional da terra, gentrificação, etc. e sobre isto Arlete Rodrigues (2007) afirma que

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. (RODRIGUES, 2007, p. 78)

Miraftab (2016) e Cunha (2019) traçam críticas ao planejamento participativo, por compreenderem que, a participação está atrelada a fatores políticos, ou seja, a colaboração em si não é a prioridade dos governantes que a requisitam, se tratando então de uma forma de instrumento de pacificação de conflitos, como afirma o segundo autor, demonstrando que estes “espaços convidados”, “não alteram significativamente o poder decisional em relação à cidade.” (CUNHA, 2019. Pg. 2).

Boaventura de Souza Santos (2007), também traz elementos importantes a serem pensados em relação ao poder e direito. Em “Para além do pensamento abissal”, o autor debate o domínio do direito e do não direito, a partir das relações da linha traçada entre colônia e metrópole. Para Santos (op. cit) existem dois lados, um da civilização, com seus ideais e conhecimentos legitimados através da ciência, e outro da barbárie, passível de violência e apropriação, onde se encaixa a colônia, vista como sociedade sem lei, com conhecimentos e ideologias não aceitos pela denominada civilização.

Atualmente, estes princípios prevalecem, a partir da soberania do capital e dos fundamentos estabelecidos sobre a validação dos conhecimentos científicos. Numa perspectiva geográfica, Doreen Massey (2000) propõe a superação de análises superficiais e puramente comerciais, através da renovação do entendimento do lugar, como mostrado nas seções precedentes, possibilitando a análise tanto das distintas individualidades, quanto das conexões, portanto, da coletividade, como afirma a autora:

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e entrelaçam num *locus* particular. (...) Trata-se na verdade de um lugar de encontro. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-las como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior que costumávamos definir (...). Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (MASSEY, 2000, p. 184)

Diante do exposto, verifica-se que, para a elaboração de uma metodologia participativa, como a cartografia social, se faz necessária uma prévia renovação insurgente nos moldes, não apenas dos planejamentos, mas também das análises geográficas.

4.1 O direito à cidade de Rio Claro e as influências da COVID -19

Com base na análise dos conceitos tratados nos itens precedentes, é concludente conceber o direito à cidade subordinado ao espaço público, sem compreensão das especificidades e subjetividades nas menores escalas. Este entendimento mais subjetivo, não deve ser confundido com a lógica neoliberal da individualização de problemáticas estruturais, mas sim analisado a partir da compreensão do corpo como espaço.

Visto que o Estado é mantenedor da negligência em relação às vidas das mulheres, um questionamento deve ser pautado: se as mulheres não têm direito a seus próprios corpos, como teriam direito à cidade? A partir desta indagação, o repertório dos estudos da necropolítica – termo cunhado por Achille Mbembe em 2011 – nos ajuda a decifrar como as diversas violências que mulheres sofrem ao longo de suas vidas, prolongam-se a produção espacial e, portanto, aos direitos e valores atrelados à vida urbana.

Responder a esta reflexão, só é possível quando considerada a necessidade, anteriormente tratada (no item 4), de mudanças radicais no sistema de organização das sociedades e de seus modelos de arquitetura, urbanização, planejamentos, etc. Durante a pandemia da COVID – 19, esta necessidade de repensar escalas, principalmente no que diz respeito a público e privado e individual e coletivo, mostraram-se ainda mais atenuante.

Este debate foi promovido numa *live* transmitida pelo periódico “GEOGRAFIA” da UNESP de Rio Claro, com a presença da professora Joseli Maria Silva (2020). Para a professora a questão escalar do corpo como espaço, durante o surto do corona vírus, passa a refletir sobre uma simultaneidade de escalas, a partir do momento em que é necessário compreender a casa como uma nova categoria. Sendo assim, a mesma acrescenta o desafio epistemológico das reflexões geográficas a partir de então, principalmente ao pensar o direito à cidade, que a partir de agora, para além de pensar o direito ao próprio corpo, deve estabelecer noções de direito de afetos e cuidados em casa (SILVA, 2020).

Outra questão que este momento trouxe é a influência na participação política como um todo. Durante o ano de 2020, com as eleições municipais, muitos planos diretores, entre outras ações e propostas, passaram a ser em formato *online*. Anteriormente a participação já era pautada em um formato ilusório e “de fachada” - como destacado anteriormente, sob as perspectivas de Cunha (2019) e Miraftab (2016) - as reuniões não eram acessíveis, no sentido da linguagem que era abordada, muito menos convidativas àqueles que não eram especialistas da área.

A partir do momento em que os espaços de interação do poder público com os munícipes se tornam virtuais, além de fortalecer a dificuldade em relação à linguagem e convite, concretizam a segregação da população que não possui acesso à internet. Segundo a pesquisa de Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC, 2019) Domicílios, realizada pelo Centro Regional e Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br),

em 2019, no Brasil apenas 74% da população tinha acesso à internet, o que correspondia a 134 milhões de pessoas.

Conforme o referido Centro, a maioria dos usuários tem entre 10 e 45 anos e em cada dez pessoas com 60 anos ou mais, apenas quatro têm acesso a alguma forma de rede de internet. A renda também se mostra uma intersecção importante à pesquisa, já que, apenas seis a cada dez brasileiros, considerados como a população mais pobre, conseguem navegar na internet. Outro dado influente é o conhecimento em relação às técnicas, pois se para alguns utilizar um aparelho eletrônico, seja um computador, *tablet* ou computador, seja uma tarefa simples e automática, para 72% dos desassistidos de rede, a falta de habilidade com o equipamento é o principal fator limitante ao acesso à internet (TIC Domicílios, 2019).

No mesmo estudo, a questão do direito à cidade também se mostra influente devido aos seguintes dados. Quando os dados foram filtrados a partir das áreas urbanas e rurais, 75% da população urbana é usuária de internet, mas nas zonas rurais, este número cai para 53%, ou seja, quase metade das pessoas que vivem nestas regiões não acessam a rede de computadores (TIC Domicílios, 2019).

Assim constata-se que as propostas tecidas neste trabalho sobre remodelação de estruturas, planejamento e inclusão devem ser ainda mais consistentes em sua execução e aplicação, visto o contexto atual de pandemia do mundo e do Brasil.

4.1.1 O caso de Rio Claro

No momento em que estas intersecções entre coletivo e individual trafegam sobre as técnicas e o espaço, identidades são procuradas. Com relação a estas vivências particulares, assim como Massey (2000), Silva (2011) também demonstra a necessidade do respeito em relação às pluralidades e ao lugar.

Qualquer pessoa vivencia simultaneamente múltiplas categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade, orientação sexual, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, instáveis, complexas e em estado permanente de construção/desconstrução. As pessoas vivenciam os processos identitários ao longo da vida concreta, e essa experiência contempla tempo e espaço. (SILVA, 2011, p. 31)

Assim como em diversos municípios do interior paulista, em Rio Claro esta demanda da construção coletiva e pelo respeito às individualidades, se chocam com o conservadorismo e as normas opressoras, que são refletidas nas estruturas da arquitetura urbana local. Ao longo

dos anos a malha urbana da cidade foi se solidificando e crescendo de forma expressiva e desorganizada.

Segundo Pizzirani (2006, p.17), a expansão da cidade se deu “no eixo norte-sul criando uma espinha dorsal, que orienta o crescimento urbano durante certo período”, este processo se deu a partir de obstáculos físicos, como o Riberão Claro a sudoeste e o Horto Florestal a leste. Segundo a autora, o crescimento da cidade se concretizou em uma produção desigual do espaço:

Rio Claro é uma cidade que se produziu de forma desigual, fruto da apropriação privada da terra, causada pelo modo de produção capitalista. Essa desigualdade está evidente na paisagem urbana, que revela os diferentes usos, os diferentes tempos, que deixam sua marca e diferentes formas de ocupação. Percebemos caminhando pela cidade, que existem áreas dotadas de toda sorte de infra-estrutura e serviços urbanos e há também aquelas áreas que vivem a carência diária, convivem com a falta de pavimentação, iluminação e com o mau atendimento da saúde e educação pública (PIZZIRANI, 2006, p.16).

Dentre os principais problemas gerados a partir deste crescimento rápido da cidade, a autora destaca que um dos principais foi que “o crescimento populacional era maior que a oferta de emprego existente.” (PIZZIRANI, 2006, p. 17). De acordo com a autora, os migrantes e imigrantes não possuíam recursos necessários para morar no centro da cidade e, assim, o movimento centro periferia começa a se consolidar.

No decorrer dos anos, os processos de marginalização destas áreas se intensificou, estas que, além de estarem socialmente afastadas do centro urbano, estavam geograficamente segregadas através, principalmente, da construção da Rodovia Washington Luís. Como consequência destes processos, Sousa, Sousa e Braga (2009), discutem que a imobilidade urbana ficou comprometida no município.

Os autores estudam o caso dos bairros periféricos Jardim Bonsucesso e do Novo Jardim Wenzel, constatando que a supressão de viagens destes locais ao resto da cidade, “ou seja, a não realização de um desejo de acessar um local, também pode ser ocasionada pelo desenho urbano configurado pelo efeito de uma barreira física.”, e assim, os autores alertam “(...) O tempo excessivo das viagens também inibe a acessibilidade, ou seja, 38% dos entrevistados executam um deslocamento até a área central em um tempo acima dos 30 minutos.”(SOUSA; SOUSA; BRAGA. 2009, p. 68).

A partir do estudo de caso eles verificam que “a pouca efetividade do transporte coletivo, aliada às barreiras ocasionadas pela Rodovia Washington Luís, a geomorfologia dos bairros, o rio Corumbataí e a ferrovia solidificam o processo de segregação socioespacial dos

bairros Jardim Bonsucesso e do Novo Jardim Wenzel.” (SOUSA; SOUSA; BRAGA. 2009, p. 68).

De acordo esta conjuntura, atualmente, a paisagem urbana da cidade, segundo Carneiro (2013), se materializa justamente na produção espacial criticada nos tópicos anteriores, ou seja, em um espaço mercantilizado, que serve aos interesses do setor da construção civil e imobiliário; por exemplo, para o autor, “o espaço entre as pessoas não é mais político e sim da mercadoria” (p. 6).

Os efeitos deste molde urbanístico se instalam sob práticas que buscam a segurança, o embelezamento arquitetônico, entre outros, a partir de estratégias mercadológicas e não efetivas, gerando cidades seguras apenas para quem as elabora, ou seja, mais uma vez, homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais. Quanto a estas lógicas especializadas, Carneiro (2013), ainda afirma que

Atualmente em Rio Claro, a distribuição espacial dos habitantes urbanos tem um componente seletivo que considera também os rendimentos *per capita* das famílias, além de instituir um modelo de urbanização centrado em condomínios “*militarizados*” horizontais ou verticais, independentemente do seu padrão construtivo. É banida a convivência entre as diversas classes social. A militarização da questão urbana desqualifica a convivência social e acentua o individualismo, cujo resultado é a produção dos espaços urbanizados com arquiteturas fortificadas (muralhas, cercas, videomonitoramento, etc.), inculcando que os espaços públicos são lugares perigosos e de latente risco às pessoas. (CARNEIRO, 2013, p. 7)

Em busca de soluções, os órgãos governamentais, começaram a procurar propostas participativas; de acordo com Pizzirani (2006), o Orçamento Participativo em Rio Claro/SP começou a vigorar efetivamente em 1998. Segundo a autora algumas consultas foram feitas junto à população para que os problemas e necessidades fossem enfrentados; este orçamento vigorou até 2004. Segundo o site da prefeitura, em 2009, o orçamento foi restaurado, mas não se tem atualizações sobre o mesmo desde 2011. Para Pizzirani (2006):

(...)este momento evidencia também a descontinuidade das políticas públicas, que ficam dependentes totalmente da vontade política dos governantes e de seu compromisso político junto à população. A população sem conseguir se mobilizar e formar um movimento social reivindicatório fica à mercê das trocas de poder, que acontecem nos setores públicos. (PIZZIRANI, 2006, p. 135)

Assim como a falta de planejamento urbano traz estas consequências, a falta de um gerenciamento focado na pluralidade e não mercantilidade, também gera todas estas estruturas estabelecidas ao longo da história, configurando o município como é hoje. Desta forma, a

tradição se torna mais importante do que o bem estar dos cidadãos e mais uma vez coloca “em cheque” o usufruto do município pelas mulheres.

Em busca por soluções para estas mazelas urbanas, Vainer (2005), aponta que “nesta luta pela cidade democrática, a informação ocupa lugar central. A participação só se realiza de maneira efetiva alí onde a informação é produzida de maneira democrática, sistematizada e registrada de maneira democrática e difundida de maneira democrática” (p. 6), formando o que denominamos de insurgência, justificando a importância do presente estudo.

5 A CARTOGRAFIA SOCIAL

Como Vainer (2005) afirma, a difusão da informação de maneira democrática e acessível é o core na luta pela cidade ideal. Em texto para a revista “Proposta”, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a professora Erminia Maricato (2002), utiliza o termo “analfabetismo urbanístico”, para demonstrar a “invisibilidade do universo urbano” (p. 125), a partir não apenas da dificuldade da interpretação de dados, mas também da não existência destes. A autora afirma que “não se trata também de um processo superficial de simples falta de informação, mas sim algo que se relaciona à própria formação da sociedade brasileira” (p. 126).

Não apenas na sociedade brasileira, mas também como um reflexo da história global de dominação e relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é possível trazer compreensões acerca da temática. Boaventura de Souza Santos (2007) apresenta que, na modernidade a troca entre apropriação e violência, se pauta em uma “linha abissal”, como citado no item 4, entre a metrópole e os territórios coloniais, ou entre a universidade e o conhecimento popular, por exemplo. Desta forma, atende-se a um pressuposto de regulação e emancipação de informação.

Sendo assim, a partir da estruturação destes dois lados, à medida que há um afastamento da metrópole e do conhecimento científico, segundo o autor português, o conhecimento popular não é absorvido, e então este se torna objeto de estudo da ciência, mas ao mesmo tempo é invisibilizado dentro da metrópole, reafirmando preceitos de que os conhecimentos produzidos na colônia, não são legitimados, traçando um ideal de que deste lado há a barbárie e do outro a civilização, justificando assim a apropriação e a violência (SANTOS, 2007).

A cartografia social busca revalidar estes conhecimentos, ditos populares e para uma melhor compreensão da mesma, é necessária uma volta ao passado. De acordo com Duarte em “Fundamentos de cartografia” (2006), a elaboração de mapas se dá antes mesmo da escrita, com os babilônios, egípcios, maias, entre outros.

Desde épocas bastante remotas, o homem vem utilizando-se da confecção de mapas como meio de armazenamento de conhecimentos sobre a superfície terrestre, tendo como finalidade principal não só conhecer, mas muito principalmente, administrar e racionalizar o uso do espaço geográfico envolvente. Tais documentos eram, no passado, muito rudimentares, confeccionados de acordo com as técnicas materiais então disponíveis. Mas eram o começo de uma caminhada em direção ao que hoje conhecemos por cartografia. (DUARTE, 2006, p.19)

Estes povos passavam então pelo processo de se auto cartografar, dando origem a algo parecido com o que compreendemos por cartografia social na modernidade. Atualmente, a cartografia social segue a progressão dos princípios das políticas participativas, mas nos últimos anos vêm se mostrando também como ferramenta de luta insurgente, para as comunidades, sem associação política, como se propõe nesta pesquisa.

Uma das mais expoentes experiências relacionadas aos mapeamentos colaborativos atuais do Brasil é o “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)”³; segundo o *site* oficial do mesmo (2020), o estudo visa elaborar estruturas para dar enfoque às comunidades tradicionais da Amazônia, através da cartografia.

O projeto é mantido pelo Instituto Nova Cartografia Social e financiado pelo Fundo Amazônia do BNDES. Com a territorialização das identidades propostas nos materiais elaborados, se busca a cartografia como ferramenta para estas comunidades, a partir do momento que a produção dos mapas se dá de forma colaborativa com os mesmos. Da mesma forma aponta Carvajal (2005), ao assimilar as dimensões da cartografia social para as políticas participativas.

La cartografía social (o los mapas parlantes), es de gran ayuda e importancia en el Diagnóstico Participativo. Es un acercamiento de la comunidad a su espacio geográfico, socio-económico, histórico-cultural. Se pueden elaborar mapas del pasado, del presente y del futuro (una sociedad, una comunidad, siempre ha estado en un proceso de transformación). (CARVAJAL, 2005, p. 4)

A partir do conhecimento desta metodologia, procederemos às concepções cartográficas menos atreladas a funções políticas, seguindo para o propósito do presente estudo. No instante em que o mapa se mostra como processo e não mais conclusão de certo caso, temos o princípio da elaboração social na cartografia. Costa et, al (2016), julgam importante a catalogação dos requisitos necessários para um mapeamento participativo.

Diante do exposto, faz-se necessário elencar o desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas ao mapeamento participativo através da práxis da Cartografia Social pode propiciar aos sujeitos envolvidos expressarem os problemas, potencialidades, limitações e proposições de ações a serem implementadas, tendo em vista se atingir a justiça social compreendida como o aumento de igualdade e oportunidade, melhor atendimento às necessidades das pessoas, tolerância e compreensão para com os outros, cooperação maior e mais eficiência no processo de tomada de decisões contribuindo para o planejamento e gestão territorial. (COSTA et, al. 2016, p. 83)

Para os atores, o conceito chave nos trabalhos de Cartografia Social é o território, este abarcado ao “recorte espacial destinado ao processo de socialização de diferentes grupos sociais

sendo constituído por múltiplas culturas e dimensões inter-relacionadas, a saber, uma dimensão ambiental, económica, político, cultural, social e histórica.” (COSTA et, al. 2016, p. 83).

Voltando a lógica defendida nas sessões anteriores, as possibilidades do processo do mapeamento social, não devem se limitar aos meios de comunicação oficiais, já que fazem parte de um círculo vinculado àqueles que colaboraram na confecção. Costa et, al. (2016), ainda afirmam que tal processo “(...) é fundamentado na representação da comunidade de nomes de lugares, confecção de seus símbolos, com sistemas de representação conhecimento local” (p. 84).

Em busca de referências e exemplos metodológicos, alguns estudos foram considerados para a elaboração deste TCC, um deles é a obra “Cartografia social urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos /Rio de Janeiro.” (GUTERRES et al., 2015) que trabalha, a partir do mapeamento colaborativo, a visão das mulheres residentes de duas comunidades do Rio de Janeiro sobre os problemas a sua volta. A fim de explicar a importância dos processos metodológicos fundamentados em tal formato de cartografia, os autores afirmam que

Dentro desse contexto, portanto, consideramos que as cartografias devem ser, como já o fizeram outros projetos, reapropriadas. Com esse objetivo, desde o princípio a ação buscou reunir o debate acadêmico sobre o tema “impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres”, de maneira a não o sobrepor ao relato e as experiências cotidianas de violências e constrangimentos vividos pelas autoras. Antes de iniciarmos o processo das oficinas, houve um grande debate sobre o tema que reuniu elementos para a produção da proposta, que seria construída coletivamente, durante as seis oficinas com as mulheres de Manguinhos e do Caju. (GUTERRES et, al. 2015, p. 4).

Este trabalho baseou-se nestas premissas para a elaboração de um questionário que substitui estas oficinas, devido a impossibilidade de encontros presenciais. Neste, além das perguntas que fornecem base para os dados a serem transpostos no mapa, há também o questionamento quanto a experiências pessoais que as mulheres rioclarenses passaram e também referentes às simbologias possíveis para aplicação, buscando um mapeamento mais próximo das respostas e acessível, (os detalhes constam no capítulo 6, referente a matérias e métodos). Sobre estas individualidades, os autores desta obra também afirmam a necessidade do cuidado e respeito durante o processo, com as participantes.

Cartografar os cotidianos, os percursos que resistem e constroem especificidades aos moradores que tecem o “ir em frente” após perdas tão duras, - da casa, mas principalmente dos familiares - é uma tentativa de colocar no espaço a experiência de viver nesses locais. Apresentá-la como

narrativa contra hegemônica, e principalmente como uma disputa constante na legitimação da experiência dessas mulheres na cidade. (GUTERRES et, al. 2015, p. 4).

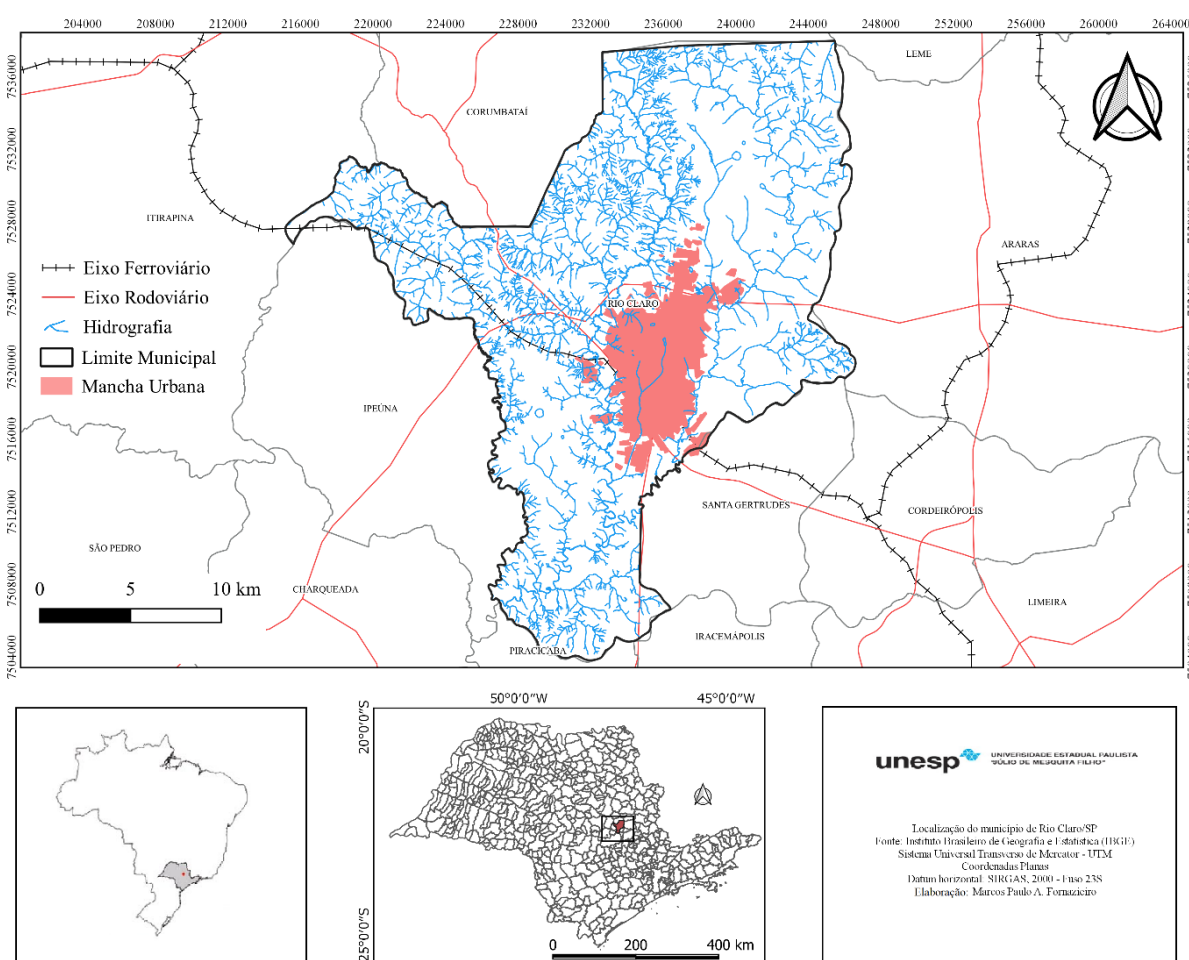
Seguindo as premissas destas referências até então apontadas, a partir do próximo capítulo, será possível a compreensão dos processos de elaboração de uma cartografia social feito com a colaboração de 331 mulheres residentes do município de Rio Claro, e destinada às mesmas.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, como demonstrado até então, foram levantados conceitos fundamentais para a compreensão da temática proposta, consistindo no embasamento teórico e metodológico do trabalho. Para isto a revisão bibliográfica é compreendida principalmente pelas produções científicas subversivas e decoloniais, majoritariamente feministas.

Para a análise da temática proposta, selecionou-se como área de estudo, o município de Rio Claro, localizado entre as coordenadas 22°24'S e 22°33'S e longitude 47°25'O e 47°35'O (figura 1). A área territorial total do município é de 498,422 km², (IBGE 2019), sendo que a área urbana ocupa 44,58km² (IBGE, 2015). De acordo com estimativa do SEADE (2020), Rio Claro abriga uma população total de 201.212 habitantes, sendo 196.819 hab. na área urbana e 4.393 hab. na área rural. A densidade demográfica é de 463,70 hab./km².

Figura 1 – Localização do município de Rio Claro/SP



Fonte: Fornazieiro, 2020, p. 41.

De acordo com estudos de Pereira e Queiroz (2014), o município de Rio Claro, assim como outros da região, era ponto de pouso para os bandeirantes, pois fazia parte da rota dos mesmos, que seguiam para as minas de ouro do Mato Grosso. Segundo os autores, em 1718, onde atualmente se localiza a Praça Riachuelo, iniciava-se a ocupação à beira do Córrego da Servidão. Posteriormente, em 10 de junho de 1827, “o povoado foi elevado à Capela Curada de São João do Ribeirão Claro, e em 1832 a Capela Curada, foi elevada a freguesia de São João de Rio Claro, separando-se de Piracicaba” (p. 2). Os autores ainda relatam que

Assim, em 1832, foi fundada a Sociedade do Bem Comum, com o intuito de dirigir os destinos da povoação (...) A lei de terras de 1850 marcou definitivamente a forma das cidades e vilas. Assim também se deu com a Vila de Rio Claro ao defender e legitimar as grandes propriedades. (...) A Vila do Rio Claro foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº44 do dia 30 de abril de 1857, com o nome de São João do Rio Claro, na década de 1860. (PEREIRA; QUEIROZ. 2014, p.2)

De acordo com Liliane Garcia (2011), a evolução deste cenário para o desenvolvimento urbano de Rio Claro, ocorre devido a implantação do café e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1876. Uma característica expressiva da cidade naquela época era a dominação da classe média e proletariado não muito diversificado, isto devido a permanência das residências dos grandes barões do café na capital. Estes processos se tornaram um padrão na maioria das cidades do interior paulista, como confirma Pupim (2018) no trecho a seguir

“A forma de distribuição da terra urbana do Oeste paulista segue, portanto, um modelo padrão, cuja feição típica será repetida em um sem número de cidades, com a simplória planta em tabuleiro de xadrez implantada sobre suaves declives, partindo normalmente de um curso d’água em direção a terras um pouco mais altas onde domina a Capela (futura igreja matriz) e seu largo. O rigor geométrico e atento à orientação ganha mais força ainda quando a ação de parcelamento urbano se apoia na rede ferroviária, concentrando os esforços do traçado urbano na forma e no tamanho do seu módulo: o lote para venda, o retângulo de dimensões padrões de 22m de frente para a via de acesso por 44m de profundidade na quadra.” (PUPIM, 2018, p.81)

A partir deste breve histórico é possível compreender as consequências descritas no item 4.1.1, acerca do desenvolvimento do município, a partir do olhar da teoria do direito à cidade. Fixadas tais percepções, os próximos itens abordarão as práticas, materiais e métodos desenvolvidos para a elaboração da parte quali-quantitativa da pesquisa e dos dados obtidos sobre o município acima descrito.

Inicialmente é necessário destacar que de acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à

apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)”, assim, a partir da aprovação do comitê, inicia-se a coleta de dados, conforme prevê a resolução.

Sendo assim, esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aceita pelo sistema, o qual requereu a produção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ser enviado as mulheres que responderam ao questionário via *email*. O termo (Anexo 1), contém todos os possíveis riscos que a pesquisa pode causar a quem responde e medidas para minimizá-los.

Para o envio deste termo, um formulário pré questionário principal precisou ser criado, e através de uma extensão do *Google Forms* instalada junto ao documento, foi possível enviar um *email* automático às mulheres que respondiam a esta primeira etapa, com o termo anexado e um *link* de acesso para o preenchimento do formulário principal. Ao clicar neste *link* ela estaria concordando com todas as especificidades trazidas no TCLE, como uma assinatura digital.

Após esses esclarecimentos, a seguir serão demonstrados os procedimentos para elaboração e aplicação do questionário, organização dos dados obtidos, interpretação dos mesmos e aplicação para o mapeamento. Cabe ainda ressaltar que este trabalho teve como foco descrever a situação das mulheres residentes de Rio Claro que participaram do questionário (331).

6.1 Elaboração e aplicação do questionário

Como já explicado, o questionário foi elaborado através da plataforma *Google Forms* em formato virtual. Devido às condições requisitadas pelo CEP, foram necessárias a elaboração de dois formulários, um para o aceite do TCLE (Anexo 2) e outro para a pesquisa em si.

A escolha do sistema do *google* para formulação de pesquisas como esta, vem sendo difundida mundialmente, por seu *software* gratuito, intuitivo e ágil para qualquer pessoa com conhecimentos técnicos básicos da rede. Vale destacar, que durante a pandemia o uso desta ferramenta se intensificou. Considerando-se que a mesma possui estas características, além da capacidade de armazenamento em nuvem (*online*) e da praticidade na análise das informações finais, torna-se um instrumento de suporte viável para sistematizar os resultados de forma quantitativa e qualitativa facilitando a elaboração de relatórios (MONTEIRO; SANTOS, 2019, p.34).

Para uma melhor compreensão da metodologia utilizada, a seguir serão apresentadas todas as perguntas que compuseram o questionário, justificando-as uma a uma. Para a visualização do questionário de forma integral, imagens da página do *Google Forms* se encontram disponíveis como Anexo 3; cabe salientar que, esta versão é “para impressão”, e por isso possui alterações no *layout*, mas não compromete o entendimento do formulário.

O questionário inicia-se com o título: “Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro -SP”. Cabe salientar, que o título foi elaborado de modo a estimular quem recebe o convite para responder a pesquisa, sem utilizar palavras como “violência, insegurança, direito à cidade” etc. Depois apresenta-se a seguinte informação: “ESTA PESQUISA É DESTINADA SOMENTE ÀS MULHERES MORADORAS DE RIO CLARO E MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE.” Na sequência, há uma descrição da pesquisa: Olá! Meu nome é Sofia, sou estudante do curso de Geografia da UNESP de Rio Claro e estou fazendo uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de analisar a violação do corpo, direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços do município de Rio Claro, e depois gerar um mapeamento sobre o tema. Você pode me ajudar? É só responder este questionário rapidinho, suas respostas serão confidenciais.”

A partir desta etapa introdutória, segue-se com as perguntas:

“1. Você é uma mulher?”

(Considera-se aqui mulher, toda identidade ou autodeterminação individual, independente de definições biológicas.)”

Esta primeira questão era obrigatória, contendo opção de “Sim” e “Não” para a resposta. Caso a pessoa respondesse Sim era possível prosseguir, caso a resposta fosse Não a plataforma encerrava as perguntas explicando que o público alvo era feminino.

A explicação abaixo da pergunta, apesar de não ser totalmente acessível para todas as participantes, já que muitas pessoas não possuem conhecimentos sobre sexualidade e questões de gênero (essa explicação poderia ser realizada se fossem feitas oficinas presenciais) se fez necessária, a partir do momento que o estudo abarca não apenas mulheres cisgênero. Desta forma, mulheres que se autodeterminam como não cisgênero compreenderam a questão e também prosseguiram para as próximas perguntas.

Na próxima página um aviso dizendo “Então vamos lá!”, convidava a entrevistada para continuar respondendo o questionário, com a segunda pergunta.

“2. Você se identifica com alguma das opções abaixo?”

(Identidade de Gênero é a maneira como você se enxerga; com qual gênero você se identifica)”

As opções de resposta eram “transgênero; travesti; não binária que performa feminilidade; transfeminina; nenhuma e outro”. Esta pergunta parte da mesma premissa da justificativa anterior, abarcando todas as possíveis mulheres que a respondessem, possibilitando o cruzamento de dados com as outras perguntas para se compreender justamente as diferenças de percepções do mundo de diferentes mulheres. Sendo assim, esta pergunta é voltada principalmente ao público não cisgênero. As opções de respostas propostas foram idealizadas juntamente a uma mulher transexual moradora de Rio Claro.

“3. Quantos anos você tem?”

Não somente para confirmar a idade mínima requisitada para responder a pesquisa (18 anos) essa pergunta foi elaborada devido ao contexto delicado de algumas das questões. Além disso, esta pergunta também serviu para o cruzamento dos dados no momento de interpretar a diversidade relatada.

“4. Qual das seguintes alternativas você se reconhece ou se identifica mais, quanto a sua cor/raça?”

Com as opções sugeridas pelo IBGE (preta, indígena, branca, amarela, parda e outro), esta questão teve o intuito de tornar concreta a teoria interseccional anteriormente explicada, no item 3.2, a partir da comparação dos dados obtidos.

“5. Em qual bairro você mora?”

Para responder a esta interrogação, uma “tabela suspensa” (assim denominada pelo *site*), foi organizada contendo o nome dos 129 bairros do município, cedidos pela Prefeitura Municipal de Rio Claro. Na versão do questionário (Anexo 3), a alteração do *layout* mostrou todos os bairros disponíveis para a escolha, mas no *site*, bastava escrever a inicial do bairro para encontra-lo, como mostram a figura 2.

Figura 2: Layout da pergunta 5 na plataforma Google Forms.

Em qual bairro você mora? *

Escolher

Anexo Cidade Jardim

Bairro Boa Morte

Bairro da Consolação

Bairro da Saúde

Bairro do Estádio

Bairro Olímpico

Bairro Santa Cruz

Bairro Santana

Bairro São Benedito

Página 2 de 5

[Denunciar abuso](#)

Fonte: elaborado pela autora

Antes da próxima indagação, um “alerta de gatilho” é exibido na tela, com a explicação “as seguintes questões podem causar desconforto ou constrangimento, por serem sensíveis, já que tratam de questões de segurança e descrição de experiências relacionadas a temática no município de Rio Claro. Sendo assim, você é livre para não as responder, pular qualquer uma das perguntas ou fechar/parar de responder o formulário.”

Este alerta foi indicado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, como forma de minimizar os possíveis riscos as participantes.

“6. Você se sente segura no seu bairro”

Com opção de “sim” e “não”, esta questão se mostra de extrema importância ao estudo no que se diz ao direito à cidade referente às munícipes entrevistadas.

“7. Em quais destes locais você se sente MENOS segura?”

Com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa, as escolhas para tais se deram a partir da vivência na cidade, contemplando então os principais espaços de convivência disponíveis, sendo estes: praça dos bancos; estação ferroviária (Rua 1); UNESP (Av. 24 A); aeroclube (e seu entorno); Lago Azul; shopping; estação rodoviária; feira do produtor rural, comércio central, mercado municipal, Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) – Antigo Horto Florestal e a opção “outro”.

Esta e a próxima pergunta são consideradas as mais importantes para a elaboração do mapeamento dos dados sobre a violação dos direitos das mulheres na cidade.

“8. Em quais destes locais você se sente MAIS segura?”

Abrangeu as mesmas opções e justificativa da questão 7.

“9. Você já passou por alguma dessas situações em Rio Claro?”

Agressão física (empurrões, tapas, socos, sacudidas, arremesso de objetos entre outras.); Agressão/assédio psicológica (perseguição, ameaças, insultos, humilhação, chantagem, entre outras.); Agressão/assédio moral (difamação, calúnia, divulgação de imagens íntimas, entre outras.); Agressão/assédio sexual (assóvio na rua, ter as partes íntimas do corpo violadas, obrigar a beijar, obrigar a se envolver em atos sexuais que causem desconforto, obrigar a casar-se, entre outras.); Agressão patrimonial (furto, extorsão, recusa a pagar pensão, entre outras.); Nenhuma; Outros.

Esta pergunta, além de propiciar a possibilidade de visualizar quantitativamente a distribuição destas formas de agressão na cidade, também possui um teor informativo (já que não foi possível realizar oficinas), pois as participantes tiveram acesso a explicação de cada uma das formas de violação de direitos. Assim, a mulher que respondesse a esta questão e estivesse passando por uma situação similar a alguma das caracterizadas, poderia compreender melhor o quão grave é o cenário em que está inserida e tentar fazer algo a respeito.

“10. Caso TENHA assinalado alguma das formas de agressão mencionadas anteriormente, e sinta-se à vontade, poderia descrever o ocorrido e o local da agressão?”

Além da justificativa anterior, esta pergunta também abarca a tentativa de uma espacialização das ocorrências, possibilitando respostas dissertativas.

“11. Você acredita que os governantes do município se importam e trabalham para o seu bem estar e segurança?”

Com as alternativas “sim” e “não” como respostas, o objetivo desta indagação é de aprofundar-se nas percepções que as mulheres rioclarenses possuem sobre política (garantia de direitos), formando uma base para as próximas duas questões.

“12. Você se envolve ou já se envolveu, de alguma forma, com as decisões políticas da cidade?”

Assim com a pergunta anterior, as alternativas “sim” e “não” deveriam indicar não apenas as percepções sobre política, mas também as questões sobre a participação das mulheres nela.

“13. Você poderia descrever como se dá o seu envolvimento político em Rio Claro?”

Esta demanda relaciona-se com as questões anteriores, mas também busca uma padronização de respostas para compreender como atuam as mulheres na política.

Para finalizar o questionário, um aviso é exibido: “Já está acabando! Nesta última parte gostaria da sua ajuda respondendo três perguntinhas que me guiarão na elaboração do mapa da minha pesquisa”. Estas perguntas são:

“14. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra SEGURANÇA? Descreva-o a seguir:”

“15. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra INSEGURANÇA? Descreva-o a seguir:”

“16. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra VIOLÊNCIA (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial)? Descreva-o a seguir:”

Estas três últimas perguntas tiveram o intuito de buscar símbolos para representarem os dados sobre as violações no mapa de forma acessível. Os símbolos foram formulados a partir

dos padrões expostos nas respostas (abertas/dissertativas) nesta etapa final do levantamento dos dados.

Para compartilhamento do questionário escolheram-se algumas mídias digitais para a divulgação, dentre elas o *Instagram*, através do compartilhamento do questionário via perfil da autora, no *Whatsapp*, via *email* institucional a partir do *email* da orientadora da pesquisa e pelo *Facebook*, em grupos e páginas específicas, listados abaixo, que possuem o público alvo da pesquisa.

Grupos do *Facebook*: Rio Claro; Grupo Rio Claro – SP; Rio Claro e Região; UNESP Rio Claro; Geografia – Unesp RC; Brechó das Minas – Unesp Rio Claro; Rio Claro Pensante; Pós-graduação Geografia e UNESP Rio Claro. Páginas do *Facebook*: Movimento LGBT de Rio Claro; PET Geografia; Centro Acadêmico dos Estudantes de Geografia (CAEGE).

6.2 Elaboração do mapeamento

Para a elaboração do mapa temático relativo a segurança das mulheres, e portanto vivência das mesmas na cidade de Rio Claro/SP, as respostas das três últimas perguntas serviram de base, permitindo a criação de símbolos e ícones representativos das principais problemas vivenciados pelas participantes. Antes de tratar propriamente dos procedimentos para a elaboração do mapa, apresenta-se um breve levantamento bibliográfico, visando justificar o uso de cada componente gráfico, teórico, técnico e metodológico.

Como compreendido no item 5, sobre cartografia social, certos requisitos foram necessários para a realização da técnica. A escolha desta na elaboração do presente trabalho, está atrelada ao sentido do mapa. Para que as identidades evidenciadas nas respostas dos questionários fazem o mapa ter sentido e vice versa e para se atingir uma expressão efetiva destas individualidades e ao mesmo tempo coletividades, se fez necessária uma sistematização. Sobre esta o colombiano Carvajal (2005), afirma:

La SISTEMATIZACION, es entendida no como la simple recopilación de datos de una experiencia sino que además apunta su ordenamiento, a encontrar las relaciones entre ellos, y a descubrir la coherencia interna de los procesos instaurados en la práctica. En este sentido la sistematización es construcción de conocimiento, es hacer teoría de la práctica vivida. De allí que la sistematización en esta metodología debe ser un elemento fundamental para aprender la realidad y transformarla, la sistematización permite dimensionar esos conocimientos, datos, y prácticas para hacer sustentable el desarrollo social. (CARVAJAL, 2005, p. 6)

De acordo com a sistematização dos dados, a buscou-se a identificação para tornar o mapa ainda mais interessante para aquelas ali representadas, demonstrando-se em uma linha tênue em relação as identificações de Carvajal (op.cit), a qual assim como as mulheres que responderam à pesquisa, a pesquisadora também reside no município. Esta linha, segundo Moore e Garzón (2010), deve ser considerada – mantendo os devidos cuidados para não ocorrer alterações nas tendências expressadas – contemplando as escalas visuais a partir de quem produziu o mapeamento, já que oficinas e encontros não foram possíveis para um desenho mais colaborativo.

To relate to a map, we must be able to see something of ourselves in the map. If we can recognize a street corner, a park, a hospital, we can begin to place our experiences on the map. Aerial photos help because they show the unique colors and distinct shapes of buildings, streets, and other features. Our base map in workshops is a poster-sized aerial photo of the neighborhood with the streets labeled. It is ideal because at larger scales, the details get lost. (MOORE; GARZÓN, 2010, p. 67)

A escolha do *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizado para a elaboração do mapa temático, também seguiu os preceitos de acessibilidade e de modelo participativo, atrelados à cartografia social. Desta forma, o a confecção do mapa foi efetuada na plataforma QGIS (ou *Quantum GIS*).

Segundo a definição do site oficial do QGIS (consultado em 2020), o *software* se resume em um Sistema de Informação Geográfica de Código Aberto, licenciado segundo a Licença Pública Geral (GNU), ou seja, é fornecido de forma gratuita a qualquer usuário. Funciona em *Linux, Unix, Mac OSX, Windows e Android* e suporta inúmeros formatos de vetores, *rasters*, bases de dados e funcionalidades.

Ainda de acordo com o site, o QGIS é um dos sistemas de SIG mais utilizados do mundo, devido sua praticidade de uso, funcionalidades e, principalmente, por ser uma iniciativa “*open source*”. Isto significa que o sistema é um projeto impulsionado por uma comunidade de voluntários, através de contribuições na forma de códigos, correções e relatórios de falhas, documentações, promoção, doações e apoio a outros usuários.

Para o mapeamento dos dados levantados no questionário, optou-se por elaborar um mapa sobre os pontos de segurança e insegurança da cidade, compreendendo que muitos dos motivos do não usufruto do direito à cidade de muitas mulheres se dão em razão do medo de acessar certos locais.

Os dados para a construção (em *shapefiles*) foram adquiridos através do site do IBGE. Inicialmente, tomou-se por base o mapa dos setores censitários do estado de São Paulo,

permitindo-se o recorte da área urbana do município de Rio Claro. Para evitar uma poluição visual, foram selecionadas as opções mais simplificadas possíveis para a elaboração dos desenhos; além disso as feições dos setores censitários foram mescladas por bairros.

Após esta etapa, a partir da extensão do *Google Roads*, foi possível obter a geolocalização dos pontos de segurança e insegurança pelas mulheres participantes. Além dos pontos, foi escolhido destacar também - em cores de tons “pastéis” - os bairros onde os pontos estão localizados, para que estes limites não se sobressaíssem em relação às outras informações secundárias.

Retomando as três últimas perguntas do questionário, muitas respostas surgiram e alguns padrões foram encontrados. Com foco nas respostas sobre segurança e insegurança, dentre as sugestões apresentadas, a escolhida foi o uso de *emojis* para representar espacialmente os níveis de segurança. A escolha se deu depois de alguns testes com outras recomendações, mas com a disseminação cada vez maior, principalmente em tempos de pandemia, do uso do teclado de expressões de *emoji*, essa foi considerada a escolha mais efetiva e visualmente eficiente para que o mapa se tornasse ainda mais acessível e de fácil interpretação, mais uma vez optando pelas simbologias mais simplificadas.

Outro atributo que merece ser mencionado é a substituição da orientação, normalmente representada pelo Norte, por uma representação do Sul. Este foi inserido no canto superior esquerdo junto a um espelho de vênus, ou comumente denominado, símbolo feminino. O uso destes ícones foi pensado como forma de subversão aos modelos tradicionais da cartografia.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste momento serão apresentadas análises dos dados levantados a partir da aplicação do questionário. Respeitando a anonimato das participantes, serão demonstradas apenas respostas generalizadas e relativas (em %), sem expor relatos ou opiniões. Para uma melhor visualização, foram produzidos gráficos no editor de planilha Excel, com as informações consideradas mais relevantes.

O tamanho amostral das participantes abrangeu 331 mulheres. Segundo o Portal Cidades do IBGE (2010), no município de Rio Claro, 84.036 mulheres possuem mais de 20 anos de idade, a partir destas informações é possível estabelecer o grau de confiança e a margem de erro da pesquisa. A partir de cálculos elaborados pela autora, considerando um nível de confiança de 95%, a margem de erro, a partir dos dados expostos, é de 5,38%.

Sendo assim, segue-se para a organização das respostas obtidas. Na segunda questão, as respostas mais expressadas foram “Nenhuma” (75,5% das respostas), “Não sei responder” (10,9%) e “Outros” (10,8%, somando todas as respostas redigidas na caixa de texto disponível). Ainda caracterizando o público que respondeu a pesquisa, 58,2% possuem de 18 a 28 anos, 19,4% de 29 a 39 anos, 12,1% de 40 a 50 anos, 7,3% de 51 a 61 anos e 3% 62 ou mais.

Na quarta pergunta uma identificação foi adicionada na caixa outros, como “sem cor definida”, sendo assim, 78,8% do público participante se autodeclara como branca, 13% como parda, 6,1% preta, 1,2% amarela, 0,3% indígena e 0,3% sem cor definida. Para uma maior efetividade no cruzamento destes dados com as outras respostas, seria necessário um número igual de mulheres de cada raça/cor, respondendo a pesquisa.

A partir destes dados foi criada uma tabela para a realização deste cruzamento, denominada de “tabela da interseccionalidade”, justamente por fazer alusão à teoria interseccional como já destacada. Como dito, o ideal para tais comparações, seria padronizar o número de mulheres. Mesmo sem ter seguido este critério, a seguir está a tabela, na função de facilitar a observação e melhor compreensão dos dados.

Tabela 1: Tabela da interseccionalidade

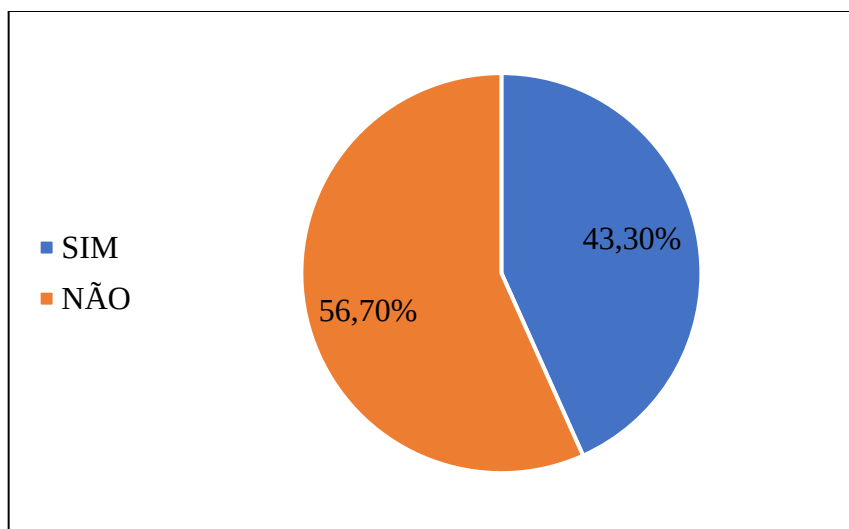
Raça/cor	Considera seu bairro seguro	Não considera seu bairro seguro	Acredita nos governantes	Não acredita nos governantes	Se envolve em decisões políticas	Não se envolve em decisões políticas	Total de mulheres que responderam ao questionário por raça/cor
Amarela	2	2	0	4	1	3	4
Branca	108	153	25	236	61	200	261
Indígena	0	1	0	1	0	1	1
Parda	21	22	7	36	9	34	43
Preta	11	9	0	20	6	14	20
S/ cor definida	1	0	1	0	0	1	1

Fonte: elaborado pela autora

A partir da perspectiva de raça/cor tratada na pergunta 4, a tabela 1 apresenta a interrelação com os dados das questões 6, 11 e 12.

Em relação aos bairros de residência das entrevistadas, a diversidade foi expressiva. Os três bairros mais selecionados foram Vila Indaiá com 58 respostas, ou seja, 17,6% das escolhas, Vila Alemã com 44 respostas, que representa 13,3% e Cidade nova com 20 respostas e, portanto, 6,1% das respostas. Assim, os três bairros totalizaram 37% das respostas referentes a esta pergunta. Quanto a pergunta 6, a maioria das mulheres (56,7%), responderam que não se sentem seguras nos bairros que habitam. A seguir, um gráfico representando este dado foi elaborado (figura 3).

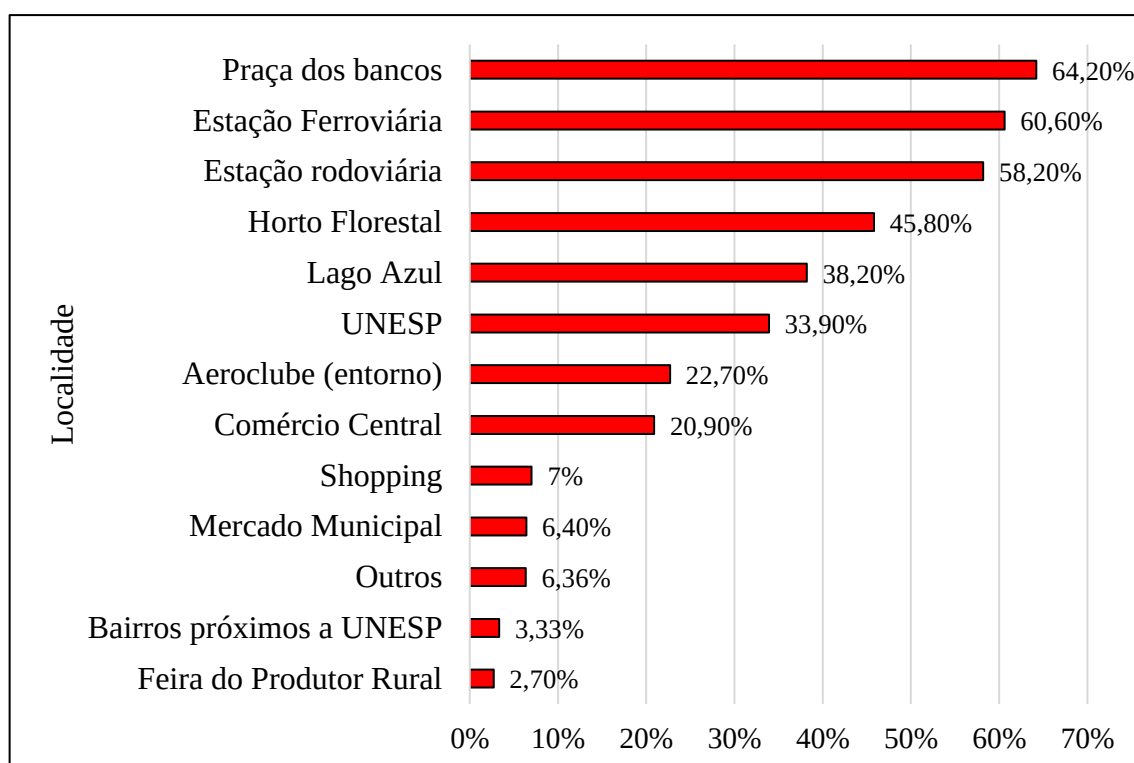
Figura 3: “Você se sente segura no seu bairro?”



Fonte: elaborado pela autora

Foi determinado que para o entendimento dos dados sobre pontos mais e menos seguros, fez-se necessária a elaboração de dois gráficos. Nas localidades consideradas menos seguras pelas e para as mulheres de Rio Claro, dentre as várias opções adicionadas na caixa “outros”, um perfil se repetiu com expressões similares a “bairros próximos a UNESP”, ponto adicionado no gráfico da figura 4.

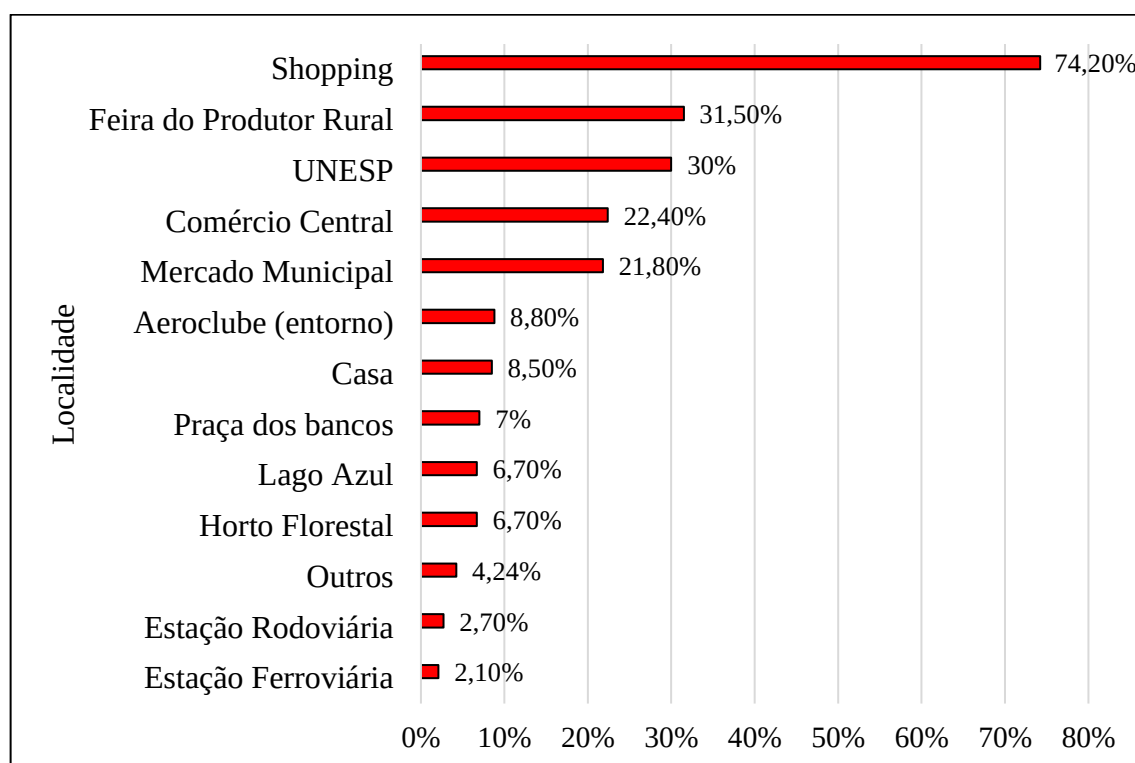
Figura 4: Localidades consideradas menos seguras pelas mulheres no município de Rio Claro – SP (2020 - 2021)



Fonte: elaborado pela autora

Assim como nas respostas sobre pontos menos seguros, nos índices de pontos mais seguros alguns padrões também foram apresentados na caixa “outros”, dentre estes se sobressaiu a expressão “casa”, como representado na figura 5.

Figura 5: Localidades consideradas mais seguras pelas mulheres no município de Rio Claro – SP (2020 - 2021)



Fonte: elaborado pela autora

Das situações representadas na pergunta 9, 57,3% das mulheres que responderam à pesquisa já passaram por alguma forma de agressão/assédio sexual; 40,9% por alguma forma de agressão/assédio psicológico; 27,9% por agressão patrimonial; 23% por nenhuma das opções; 15,8% por agressão/assédio moral; 11,2% por agressão física e 2,7% por outras. Dentre os relatos, 149 foram expostos na questão 10, que como já justificado, por questões de privacidade serão comentados de forma difusa.

Na pergunta 11, 90% das mulheres não acreditam que os governantes do município se importam e trabalham para o seu bem estar e segurança e na questão 12, 76,4% não se envolveu ou se envolveu, de alguma forma, com as decisões políticas locais. Os dados detalhados destas questões também estão expostos na tabela de interseccionalidades.

A partir da exposição dos dados, propõe-se um aprofundamento nas interpretações de cada um dos mesmos. Iniciando-se pelas perguntas 1 e 2 do questionário, evidenciou-se a importância de encontros e oficinas nos processos colaborativos. Os conceitos sobre sexualidade poderiam ter sido trabalhados, possibilitando novas reflexões às mulheres que participaram da pesquisa.

Outra questão importante em relação às características das entrevistadas, é a quantidade de mulheres não brancas *versus* mulheres brancas que responderam as questões. Este dado além de mostrar as diferenças no cruzamento com os outros dados, também direciona um debate sobre o acesso a pesquisas acadêmicas, tanto na participação, quanto na elaboração destas pelas mulheres não brancas.

Os dados apresentados na tabela da interseccionalidade se mostraram uma maneira efetiva de se comprovar as diferentes formas de opressão e vivência entre raça, gênero e até mesmo de classe. Apesar de, nesta pesquisa, ter servido apenas como forma de sistematização de dados, pode ser considerada como uma proposta para futuras pesquisas na área, podendo ser incluso vários outros aspectos para serem comparados.

Os relatos constados na questão 9, também poderiam ser melhor trabalhados em encontros e oficinas, para que estas pudessem se tornar um espaço não apenas de produção técnica e cartográfica, mas também de identidade e acolhimento. Os relatos também foram essenciais para que todos os aspectos comentados anteriormente (como vulnerabilidade em certas localidades, formas de agressão etc.) sobre a elaboração do mapa, fossem ainda mais sensíveis.

No que se refere a importância de se aprofundar em cada dado secundário ou primário nas pesquisas, principalmente populacionais, alguns pesquisadores demonstram que o geógrafo possui um papel crítico, sendo que, ao recorrer aos números estatísticos, o geógrafo tem a possibilidade de extrair análises em relação ao espaço e tempo, propiciando reflexões como as destacadas neste trabalho.

Outro ponto de extrema importância que deve ser defendido e foi demonstrado ao longo desta pesquisa, é a introdução das questões de gênero na elaboração das pesquisas populacionais e nas reflexões geográficas. Em “Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia”, José Alberto Magno de Carvalho, Diana Oya Sawyer e Roberto do Nascimento Rodrigues (1998), demonstram que o padrão utilizado nas análises populacionais como idade e sexo, apesar de serem aspectos estáticos de uma população, são frutos da história das dinâmicas então avaliadas.

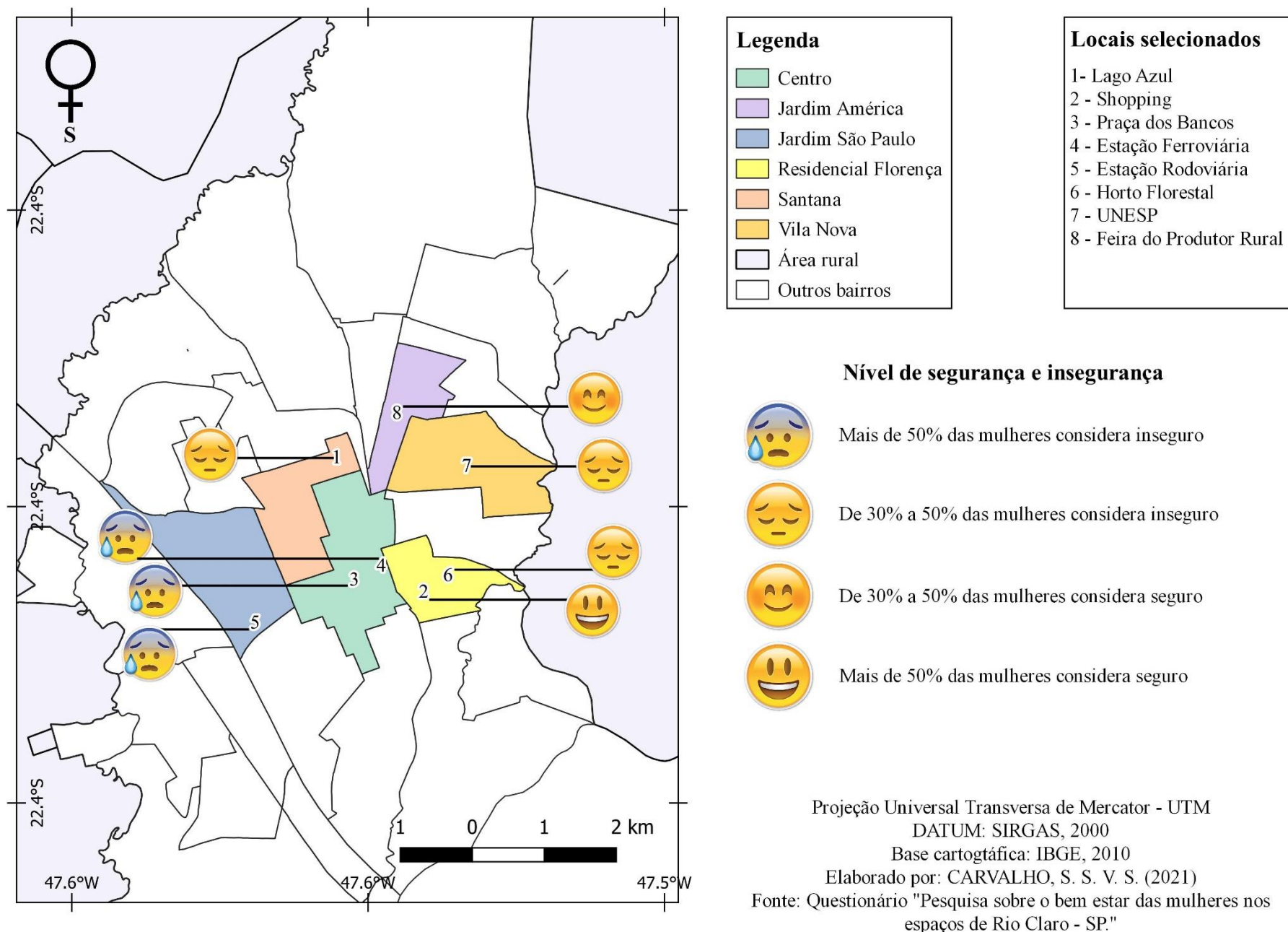
As demógrafas Roberta Peres e Rosana Baeninger (2012), debatendo a migração feminina, afirmam que a necessidade da implementação de categorias de análise relacionadas a Gênero é de suma importância nos estudos populacionais. Mesmo que o debate das autoras

seja em torno das teorias migratórias, se mostra possível a transferência do debate para outras variáveis.

A interdisciplinaridade entre os estudos de gênero e de população se faz, portanto, fundamental para a compreensão de diferentes processos sociais, especialmente migratórios, em que os papéis de homens e mulheres são modificados e, certamente, essas mudanças se refletem na própria configuração dos fluxos. É preciso, portanto, alimentar esse debate interdisciplinar, buscando novas metodologias que sustentem os avanços teóricos alcançados. (PERES; BAENINGER, 2012, p. 11)

A figura 6, exibe o mapa temático sobre o nível de segurança e insegurança das mulheres na cidade de Rio Claro, resultado de todas as reflexões, processos metodológicos, técnicos, científicos e informacionais abordados nesta pesquisa. O intuito é que este mapa seja utilizado pelas mulheres que colaboraram na pesquisa, e para todas as outras do município, não apenas para atentar-se ao cuidado ao passar pelos pontos realçados, mas também como documento de luta em busca para melhores condições de vivenciar e experienciar sensações referidas ao direito à cidade.

Figura 6: Mapa colaborativo do nível de segurança e insegurança das mulheres no município de Rio Claro – SP (2021)

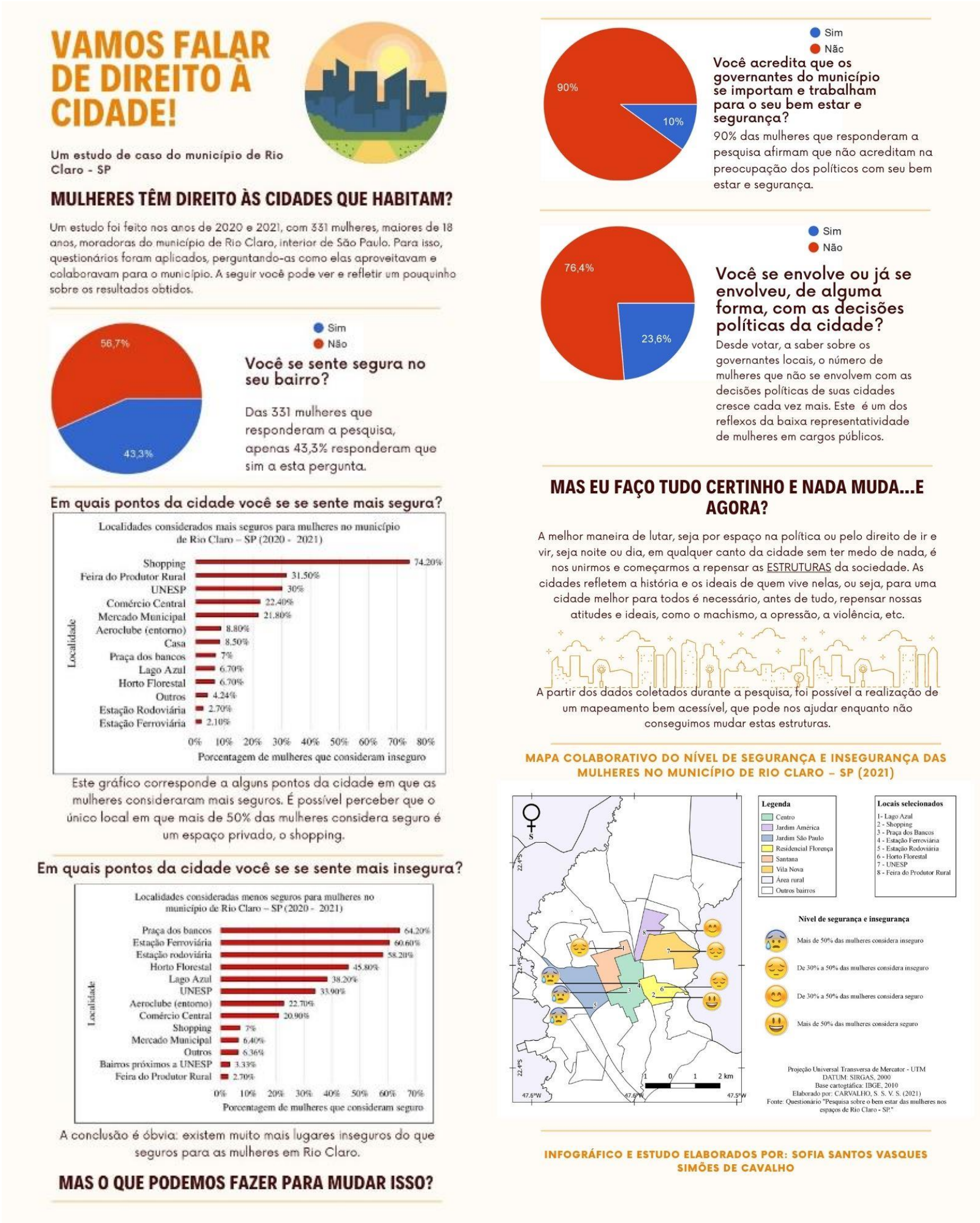


Fonte: elaborado pela autora

Através das reflexões e após a elaboração do mapa temático, divulgar o mapa não se mostra efetivo a partir do momento que está redigido em uma linguagem acadêmica não acessível. Assim, considerando-se que os processos da pesquisa e a sistematização dos dados são essenciais para a compreensão completa do intuito do mapeamento, foi elaborado um infográfico, resumindo os aspectos do estudo e exibindo alguns dados da pesquisa junto ao mapa, com linguagem mais simplificada e didática.

Na figura 7 é possível visualizar o layout do infográfico dividido em duas páginas, possíveis de impressão em formato de pôster.

Figura 7: Infográfico “Vamos falar de direito à cidade”



Fonte: elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de trabalhoso e dificultado pelo imprevisto da pandemia no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, os processos para a realização deste trabalho foram extremamente gratificantes. A partir do reconhecimento das individualidades reveladas nas respostas do questionário, as percepções sobre o uso da cartografia social foram fundamentais.

A cartografia social é uma ferramenta necessária para a evolução dos campos científicos geográficos, assim como o feminismo e as questões de geografia e gênero que vêm sendo desenvolvidas. A conclusão que se chega sobre a compreensão possibilitada a partir da técnica do mapeamento colaborativo, é que esta se mostra extremamente efetiva, como destacam as autoras:

Map-making can be a useful tool in scaling up from the individual lived experience to building a shared analysis about collective challenges. Making maps together means piecing together collective experiences, discovering patterns, and arriving at a collective understanding of the root causes of these shared experiences. (MOORE; GARZÓN, 2010, p. 67)

As relações políticas tecidas sobre estas interpretações, também precisam ser alteradas, os órgãos gestores, não apenas do município de Rio Claro, mas de outros municípios brasileiros, precisam voltar os olhares aos pontos destacados neste trabalho de maneira emergencial, contudo, em longo prazo deve-se repensar o formato em que as cidades são moldadas.

A elaboração de infográficos como o desenvolvido neste trabalho, possibilitam um novo formato de acesso à informação. A partir da exibição dos dados de modo menos formal, atingindo as diversas realidades de quem o lê, possibilitam reflexões e interpretações novas das informações ali trazidas, tornando este um modo contínuo de aprendizado, sendo assim, deve ser sempre atualizado, a partir das discussões e novas relações trazidas por meio do infográfico.

A impossibilidade dos encontros presenciais foi influente no decorrer da pesquisa, mas também abre caminho para novas opções da elaboração das diversas possibilidades de cartografias colaborativas, e fomenta o desenvolvimento de novos modelos para se conversar com quem não tem acesso à rede.

A temática de Geografia e Gênero vem sendo aprofundada na América Latina de forma expressiva nos últimos anos, principalmente nas reflexões territoriais e espaciais, como abordado nas referências presentes no trabalho, mas esta deve se estender aos demais campos da Geografia, possibilitando visões novas do que teoricamente, já foi estabelecido como verdade universal.

Ainda sobre o uso da cartografia social, a mesma deve ser formulada a partir de práticas insurgentes, compreendendo que “o contexto neoliberal utiliza da ideia de ‘inclusão’ como álibi para a exclusão e para a normalização da dominação” (CUNHA, 2019, p. 4).

Por fim, de modo urgente, os dados e relatos obtidos durante a pesquisa, demonstrar o quanto é necessário repensar a ciência moderna, esta que invisibiliza as temáticas decoloniais e as discussões de gênero, compactuando com o sistema opressor inserido na sociedade.

Sendo assim, só serão possíveis reais mudanças estruturais, a partir do momento em que a ciência e a sociedade, através dos pilares de pesquisa, ensino e extensão, comecem a se juntar de forma revolucionária, buscando conceitos revolucionários, por meio de lutas democráticas e, portanto, também produzindo cidades revolucionárias e democráticas.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Câmara de Notícias **Deputadas criticam corte de recursos para combate a violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em Outubro de 2020.
- BRASIL, **Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- BUTLER, J. **Vida precária**. Os poderes do luto e da violência. Autêntica Editora. Ed. 1; Coleções: Filô. Outubro de 2019.
- CARNEIRO, J. G. V; CARNEIRO, M. C. V. **Cidades fractais: as fronteiras urbanas e suas correlações com a violência urbana. Estudo de caso da cidade de Rio Claro/SP**. III Simpósio Nacional de Geografia Política. Revista GEONORTE, Edição Especial 3. V. 7, N. 1, p. 1445-1461, 2013.
- CARBY, H. **White woman, listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood**. In: CARVALHO, J. A. M; SAWYER, D. O; RODRIGUES, R. N. **Conceitos básicos e medidas em demografia**. Associação brasileira de estudos populacionais. 2º ed. rev. São Paulo: ABEP, 1998. CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *The empire strikes back: race and racism in 70s Britain*. London and New York: Routledge, 1982. p. 211 - 234.
- CARVAJAL J. C. B. **Territorio y cartografía social**. Proyceto: “Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociación de proyectos comunitários. A.P.C.” Popayán, 2005
- CARVALHO, J. A. M; SAWYER, D. O; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2 edição. Associação brasileira de estudos populacionais
- CETIC.BR. **Pesquisa de Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) Domicílios**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: nov. de 2020. Brasil, 2019.
- COSTA, N. O; GORAYEB, A; PAULINO, P. R. O; SALES, L. B; SILVA, E. V. **Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial**: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. Revista ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. Pp. 73-86.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, n. 1, 1989, pp. 139-167. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, vol. 43, 1993, pp. 1241-1299.
- CUNHA, L. F. **Práticas insurgentes e contrapoderes no planejamento urbano: o caso de Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Rev. Bras. Gest. Urbana. Vol.11, Curitiba, 2019.
- DUARTE, P. A. **Fundamentos de cartografia**. EDUSC (Editora da UFSC). Florianópolis, 2006.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GARCIA, L. B. R. **São João do Rio Claro: a aventura da colonização**. Tese de Livre Docência. Rio Claro, IGCE-UNESP. 2001.
- GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. **Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 2014. 18p. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831> Acesso em 2 de junho de 2019.
- GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. **Cartografia social e cidadania**: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Editora: Expressão gráfica, 2015.
- GUTERRES, A. et, al; **Cartografia social urbana**: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos /Rio de Janeiro. 1 edição. Realização: FASE; Rio de Janeiro 2015.
- HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HOLZER, W. A Geografia Humanista: Uma Revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais de mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica n. 38. 2018.

_____. **Portal cidades – Rio Claro.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rio-claro/panorama>; Acesso em Novembro de 2020.

Instituto Nova Cartografia Social. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia;** Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/> Acesso em outubro de 2020. Amazonas.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher:** feminicídios no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LEFEBVRE, H. **Espace et politique.** Antropos, Paris: 1972.

Youtube. **Live - A necropolítica no discurso da sociedade brasileira;** 30 set. 2020. 1 vídeo (1h:34min). [Live]. Transmido por Periódico GEOGRAFIA UNESP RC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciMKdnAyAHA>. Acesso em: 30 set. 2020. Participação de Joseli Maria Silva, Giovanna Queiroz Moscatiello e Giuseppe Forioni Bragaia.

MARICATO, E. **Erradicar o analfabetismo urbanístico.** Texto para a Revista Proposta; Revista da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Edição 124. Março de 2012.

MASSEY, D. **Um Sentido global do lugar.** Cap. 8 O espaço da diferença; ARANTES, A. (Org.); Campinas, SP: Papirus, 2000.

MCDOWELL, L. **Gender, Indentity and Place. Understanding feminist geographies.** Polity Press. Cambridge 1999.

MIRAFTAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (ONLINE), Recife, V.18, N.3, P.363-377, set.-dez. 2016.

MONTEIRO, R.L. de S.; SANTOS, D.S. **A utilização da ferramenta google forms como instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra.** Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação, v. 4, n. 2, 2019. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/72>. Acesso em 12 abr. 2020.

OLIVEIRA, M. F; HENRIQUE, W; **A cidade generificada:** uma breve análise das formas e funções urbanas performativas de Feira de Santana-BA. Publicado em I SIMPÓSIO DE CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA – Cidade, Cultura e Identidade. Bahia, 2009.

PEREIRA, P; QUEIROZ, A. N. **A história da cidade de Rio Claro.** Anais do XIX Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. PUC, Campinas, set. de 2014.

PIZZIRANI, F. **O papel dos processos de participação popular na gestão municipal: estudo do orçamento participativo no município de Rio Claro/SP.** Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2006).

QGIS. **Discover QGIS.** Disponível em <https://qgis.org/en/site/>. Acesso em 15 de Maio de 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade.** CIDADES, V. 4, N. 6, P. 73-88, 2007.

ROLNIK, R. **Direito à moradia.** IPEA - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO. Ano 6. Edição 51 - 07/06/2009. http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1034:catid=28&Itemid=23 Acesso em maio de 2019.

ROSE, G. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge.** Cambridge: Polity Press, 1993. 254 p.

PERES, R. G; BAENINGER, R. **Migração feminina:** um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. SVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP, 2012.

PUPIM, R. G. **Cidade e território do Oeste paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e reconfiguração do urbano –** Dissertação de mestrado, São Carlos, 2008.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos, Portugal, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção; 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço cidadão**. 7. Edição. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SEADE **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>; Acesso em Novembro de 2020.

SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. **Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil**: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial / org. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva. Ponta Grossa: Toda palavra, 2011. p. 17-35.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas** : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR. TODAPALAVRA, 2009.

_____. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Toda palavra, 2011.

SILVA, J. M.; ORNAT M. J. **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

_____. **Diálogos ibero-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SPIVAK, G. C. **Can the subaltern speak?** In: NELSON C.; GROSSBERG, L. (Eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Basingstoke, UK: Macmilan Education, 1988. p. 271 - 313.

SOUSA, J. R.; SOUSA, M. T. R.; BRAGA, R. **Os problemas da mobilidade urbana na periferia brasileira: o caso do município de Rio Claro / SP**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 11, n. 1, p. 61-69, Sobral, 2009.

VAINER, C. (2005). **Planejamento urbano democrático no Brasil**. ERBA, Diogo Afonso et al. Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades.

VALENTINE, G. **Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography**. In: *The Professional Geographer*, fev 2007, vol. 59, n. 1, p. 10-22.

Polize: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1ª edição. Editora Boitempo. São Paulo. 2016.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Editora Boitempo. São Paulo. 1990.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Compilado por RIOS, F; LIMA, M. 1ª edição. Editora Zahar. Outubro de 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Editora Centauro, 5 edição, São Paulo, 2001.

SERPA, A. **Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos**. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, 17(1), 168-185. 2013.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

A Sra. está sendo convidada para participar de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação da cidade de Rio Claro – SP através da cartografia social.” que será desenvolvida por Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho, matriculada no curso de Geografia da UNESP, campus Rio Claro, sob a responsabilidade e orientação da Profa. Dra. Andreia, professora Associada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e chefe do Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental, RG número 23826829. O objetivo da referida pesquisa é analisar a violação do corpo, dos direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços da cidade de Rio Claro – SP, com apoio na Cartografia Social. Os benefícios da pesquisa são: compreender em quais bairros as mulheres rio clarenses se sentem mais e menos seguras, além disso, a partir deste formulário serão analisadas as formas de participação e identidade em que as mesmas se encontram em relação ao município. Por fim, a pesquisa também contará com a reflexão sobre a interpretação das próprias para com alguns símbolos a serem utilizados na cartografia, tornando o mapeamento mais acessível e de fácil interpretação.

Caso a Sra. aceite participar desta pesquisa deverá responder através do link encontrado no corpo do email em que este termo foi anexado, 17 perguntas, sendo a maioria de múltipla escolha, o que torna o questionário rápido, com um tempo aproximado para resposta de 8 minutos. Não é necessário se identificar e o questionário é destinada somente às mulheres moradoras de rio claro e maiores de 18 anos de idade. Os dados serão registrados pela plataforma google forms e baixados pela pesquisadora em formato de gráficos e tabelas, para um futuro mapeamento.

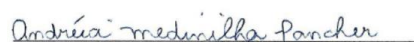
Para garantir a autenticidade de quem responde, foi elaborado um primeiro formulário para obtenção de um email, para que haja o aceite deste termo em formato eletrônico, a partir do recebimento do mesmo e continuidade da pesquisa através do link: <https://forms.gle/i32XyYUoprfKpEhp6>

A aplicação do questionário “Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro - SP” pode gerar riscos como emocional das participantes (como desconforto ou alguma forma de constrangimento), por conter algumas perguntas sobre segurança e violência. Para minimizar esses riscos, o questionário poderá ser pausado a qualquer momento e as respostas não serão obrigatórias. Antes das questões consideradas sensíveis um “alerta de gatilho” será

comunicado, esclarecendo que: “as seguintes questões podem causar desconforto ou constrangimento, por serem sensíveis, já que tratam de questões de segurança e descrição de experiências relacionadas a temática no município de Rio Claro. Sendo assim, você é livre para não respondê-las, pular qualquer uma das perguntas ou fechar/parar de responder o formulário”. Ao fim do mesmo haverá disponível o contato da pesquisadora para comunicação. Além disso os dados obtidos serão apresentados no estudo de forma generalizada, em porcentagens e mapas e não de forma individualizada. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir com a pesquisa. A participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma (Lembrando que essa informação trata-se de um direito do participante e não formas de minimização dos riscos). Será garantido o sigilo e a privacidade de sua participação. Os dados coletados são confidenciais e serão utilizados unicamente para fins de pesquisa. Para participar não terá nenhuma despesa, bem como, não terá qualquer tipo de remuneração.

Se a senhora se sentir esclarecida sobre a pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-a a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com a senhora e a outra com a pesquisadora.

Rio Claro, 20 de Novembro de 2020

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura da participante da pesquisa

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação da cidade de Rio Claro – SP através da cartografia social.

Pesquisador Responsável: Andréia Medinilha Pancher

Cargo/função: Professora associada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e chefe do Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental.

Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro. Endereço: Av 24A, 1515. 13506-900 - Rio Claro, SP

Dados para Contato: fone: (19) 35269355 e-mail: am.pancher@unesp.br

Aluno/Pesquisador: Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho

Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro

Endereço: Avenida 22 A, número 538. Kitnet 2.

Dados para Contato: fone (11)96081-4013 e-mail: sofia.vasques@unesp.br

Anexo 2 – Formulário de aceite do TCLE

Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro – SP.

ESTA PESQUISA É DESTINADA SOMENTE ÀS MULHERES MORADORAS DE RIO CLARO E MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE.

Olá!

Meu nome é Sofia, sou estudante do curso de Geografia da UNESP de Rio Claro e estou fazendo uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de analisar a violação do corpo, direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços do município de Rio Claro, e depois gerar um mapeamento sobre o tema.

**Obrigatório*

1. Endereço de e-mail *

2. Para participar desta pesquisa, é necessário o preenchimento deste formulário com o seu email. A partir do envio do mesmo, uma mensagem será encaminhada ao seu email com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE) em anexo, seguindo a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após a leitura deste, no corpo do email estará disponível um link para dar seguimento ao formulário da pesquisa, ao clicar no mesmo, a senhora aceita o convite explicitado no termo anexado. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Declaro que compreendi e aceito as etapas propostas.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo 3 – Questionário “Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro – SP”.

Pesquisa sobre o bem estar das mulheres nos espaços de Rio Claro – SP.

ESTA PESQUISA É DESTINADA SOMENTE ÀS MULHERES MORADORAS DE RIO CLARO E MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE.

Olá!

Meu nome é Sofia, sou estudante do curso de Geografia da UNESP de Rio Claro e estou fazendo uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de analisar a violação do corpo, direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços do município de Rio Claro, e depois gerar um mapeamento sobre o tema.

Você pode me ajudar? É só responder este questionário rapidinho, suas respostas serão confidenciais.

***Obrigatório**

1. Você é uma mulher? *

(Considera-se aqui mulher, toda identidade ou autodeterminação individual, independente de definições biológicas.)

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Então vamos lá!

2. Você se identifica com alguma das opções abaixo? *

Identidade de Gênero é a maneira como você se enxerga; com qual gênero você se identifica.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Transgênero
- ☐ Travesti
- ☐ Não binária que performa feminilidade
- ☐ Transfeminina
- ☐ Nenhuma
- ☐ Não sei responder

Outro: ☐ _____

3. Quantos anos você tem? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 18 a 28
- ☐ 29 a 39
- ☐ 40 a 50
- ☐ 51 a 61
- ☐ 62 ou mais

4. Qual das seguintes alternativas você se reconhece ou se identifica mais quanto sua cor/raça? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Preta
- ☐ Indígena
- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Outro: _____

5. Em qual bairro você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Anexo Cidade Jardim
- ☐ Bairro Boa Morte
- ☐ Bairro da Consolação
- ☐ Bairro da Saúde
- ☐ Bairro do Estádio
- ☐ Bairro Olímpico
- ☐ Bairro Santa Cruz
- ☐ Bairro Santana
- ☐ Bairro São Benedito
- ☐ Bom Retiro
- ☐ Chácara Bela Vista
- ☐ Chácara Boa Vista
- ☐ Chácara Luza
- ☐ Chácara Rupiara
- ☐ Cidade Azul II
- ☐ Cidade Claret
- ☐ Cidade Claret II
- ☐ Cidade Jardim
- ☐ Cidade Nova
- ☐ Cond. Alto do Bosque
- ☐ Cond. Chácara Claret
- ☐ Cond. Hab. Res. dos Bosques
- ☐ Cond. Jardim Di Scarpa
- ☐ Cond. Res. Base Estaca
- ☐ Cond. Res. Califórnia
- ☐ Cond. Res. Colorado
- ☐ Cond. Res. Jardim Paulista
- ☐ Cond. Res. Jd. Europa
- ☐ Cond. Res. Manacás

- ☐ Cond. Res. Villa Imperial
- ☐ Cond. Res. Villagio Gávea
- ☐ Cond. Res. Villagio Urca
- ☐ Cond. Res. Ville di Scarpa
- ☐ Cond. Villagio Ipanema
- ☐ Condomínio Ápia
- ☐ Condomínio Cidade Jardim
- ☐ Condomínio Industrial CONPARK
- ☐ Condomínio Jd. Di Scarpa
- ☐ Condomínio Petit Village
- ☐ Condomínio Veredas
- ☐ Condomínio Vila Alemã
- ☐ Condomínio Vila Vitta
- ☐ Condomínio Vista Alegre
- ☐ Conj. Clube Home
- ☐ Conj. Hab. Boa Esperança
- ☐ Conj. Hab. de Interesse Social Oreste Armando Giovani
- ☐ Conj. Hab. de Interesse Social São José
- ☐ Conj. Hab. RC4
- ☐ Conj. Habitacional Arco-Íris
- ☐ Conj. Res. Portal Copacabana
- ☐ Conj. Res. Portal do Sol
- ☐ Conj. Res. Recanto Paraíso
- ☐ Conj. Res. São Marino
- ☐ Conj. Res. Villagio de Conde
- ☐ Conj. Res. Vista Verde
- ☐ Conj. Residencial Palmeiras I
- ☐ Conj. Residencial Palmeiras II
- ☐ Diário Ville
- ☐ Distrito Industrial
- ☐ Granja Regina
- ☐ Industrial Cidade Azul

- ☐ Industrial Expresso
- ☐ Jd. Cidade Azul
- ☐ Jd. Alfredo Karan
- ☐ Jd. Alto do Santana
- ☐ Jd. América
- ☐ Jd. Anhanguera
- ☐ Jd. Araucária
- ☐ Jd. Azul
- ☐ Jd. Bandeirantes
- ☐ Jd. Bela Vista
- ☐ Jd. Boa Vista I
- ☐ Jd. Boa Vista II
- ☐ Jd. Bom Sucesso
- ☐ Jd. Brasília I
- ☐ Jd. Brasília II
- ☐ Jd. Centenário
- ☐ Jd. Chervezon
- ☐ Jd. Claret
- ☐ Jd. Conduta
- ☐ Jd. das Paineiras
- ☐ Jd. do Horto
- ☐ Jd. do Trevo
- ☐ Jd. do Ypê
- ☐ Jd. Dona Regina Picelli
- ☐ Jd. Donangela
- ☐ Jd. Esmeralda
- ☐ Jd. Figueira
- ☐ Jd. Floridiana
- ☐ Jd. Guanabara I
- ☐ Jd. Guanabara II
- ☐ Jd. Hipódromo
- ☐ Jd. Independência

- ☐ Jd. Inocoop
- ☐ Jd. Ipanema
- ☐ Jd. Itapuã
- ☐ Jd. Kennedy
- ☐ Jd. Leblon
- ☐ Jd. Marta Cristina
- ☐ Jd. Matheus Maniero
- ☐ Jd. Mirassol
- ☐ Jd. Nossa Senhora da Saúde I
- ☐ Jd. Nossa Senhora da Saúde II
- ☐ Jd. Nova Rio Claro
- ☐ Jd. Nova Veneza
- ☐ Jd. Novo I
- ☐ Jd. Novo II
- ☐ Jd. Olinda
- ☐ Jd. Panorama
- ☐ Jd. Parque Residencial
- ☐ Jd. Paulista
- ☐ Jd. Paulista II
- ☐ Jd. Porto Fino
- ☐ Jd. Portugal
- ☐ Jd. Primavera
- ☐ Jd. Progresso I
- ☐ Jd. Progresso II
- ☐ Jd. Quitandinha
- ☐ Jd. Res. Copacabana
- ☐ Jd. Res. Santa Eliza
- ☐ Jd. Residencial Palmeiras
- ☐ Jd. Rio Claro
- ☐ Jd. Santa Clara
- ☐ Jd. Santa Clara II
- ☐ Jd. Santa Maria

- ☐ Jd. São Caetano
- ☐ Jd. São João
- ☐ Jd. São Paulo I
- ☐ Jd. São Paulo II
- ☐ Jd. Shangrilá
- ☐ Jd. Valeria
- ☐ Jd. Vila Bela
- ☐ Jd. Village
- ☐ Jd. Wenzel
- ☐ Loteamento Sebastião dos Santos Lima
- ☐ Município
- ☐ Novo Jardim Wenzel
- ☐ Park Palmeiras
- ☐ Parque das Árvores
- ☐ Parque das Indústrias
- ☐ Parque dos Eucaliptos
- ☐ Parque Flórida
- ☐ Parque Industrial Margarete
- ☐ Parque Mãe Preta
- ☐ Parque São Jorge
- ☐ Parque Universitário
- ☐ Recanto das Águas Claras
- ☐ Recanto Paraíso
- ☐ Recanto Verde I
- ☐ Recanto Verde II
- ☐ Res. Benjamin de Castro
- ☐ Res. Campestre Vila Rica
- ☐ Res. Campos Verdes
- ☐ Residencial das Flores
- ☐ Residencial dos Bosques de Rio Claro
- ☐ Residencial Florença
- ☐ Residencial Primavera

- ☐ Residencial Quebec
- ☐ Residencial Vila Rosa
- ☐ Residencial Vila Verde
- ☐ Residencial Vila Verde II
- ☐ Sítio Santa Eliza
- ☐ Tingu Desmembrado
- ☐ Vila Alemã
- ☐ Vila Alemã
- ☐ Vila Anhanguera
- ☐ Vila Aparecida
- ☐ Vila Bela Vista
- ☐ Vila Cristina
- ☐ Vila do Horto
- ☐ Vila do Rádio
- ☐ Vila Elizabeth BNH
- ☐ Vila Horto Florestal
- ☐ Vila Indaiá
- ☐ Vila Industrial
- ☐ Vila Maria Amélia
- ☐ Vila Martins
- ☐ Vila Nova
- ☐ Vila Operária
- ☐ Vila Paulina
- ☐ Vila Paulista
- ☐ Vila Ribeiro
- ☐ Vila Saibreiro
- ☐ Vila Santa Cruz
- ☐ Vila Santa Filomena
- ☐ Vila Santa Terezinha
- ☐ Vila Santo Antônio
- ☐ Vila São Jose
- ☐ Vila São Miguel

- ☐ Viver Melhor Rio Claro I
- ☐ Viver Melhor Rio Claro II
- ☐ Zona Central

**ALERTA
GATILHO**

As seguintes questões podem causar desconforto ou constrangimento, por serem sensíveis, já que tratam de questões de segurança e descrição de experiências relacionadas a temática no município de Rio Claro. Sendo assim, você é livre para não respondê-las, pular qualquer uma das perguntas ou fechar/parar de responder o formulário.

6. Você se sente segura no seu bairro?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Em quais destes locais você se sente MENOS segura?

Selecione quantas alternativas considerar necessárias.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Praça dos bancos
- ☐ Estação Ferroviária (Rua 1)
- ☐ UNESP (Av. 24 A)
- ☐ Aeroclube (e seu entorno)
- ☐ Lago Azul
- ☐ Shopping
- ☐ Estação Rodoviária
- ☐ Feira do Produtor Rural
- ☐ Comércio central
- ☐ Mercado Municipal
- ☐ Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) - Antigo Horto Florestal

Outro: ☐ _____

8. Em quais destes locais você se sente MAIS segura?

Selecione quantas alternativas considerar necessárias.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Praça dos bancos
- ☐ Estação Ferroviária (Rua 1)
- ☐ UNESP (Av. 24 A)
- ☐ Aeroclube (e seu entorno)
- ☐ Lago Azul
- ☐ Shopping
- ☐ Estação Rodoviária
- ☐ Feira do Produtor Rural
- ☐ Comércio central
- ☐ Mercado Municipal
- ☐ Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) - Antigo Horto Florestal

Outro: ☐ _____

9. Você já passou por alguma dessas situações em Rio Claro?

Selecione quantas alternativas considerar necessárias.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Agressão física (empurrões, tapas, socos, sacudidas, arremesso de objetos entre outras.)
- ☐ Agressão/assédio psicológica (perseguição, ameaças, insultos, humilhação, chantagem, entre outras.)
- ☐ Agressão/assédio moral (difamação, calúnia, divulgação de imagens íntimas, entre outras.)
- ☐ Agressão/assédio sexual (assovio na rua, ter as partes íntimas do corpo violadas, obrigar a beijar, obrigar a se envolver em atos sexuais que causem desconforto, obrigar a casar-se, entre outras.)
- ☐ Agressão patrimonial (furto, extorsão, recusa a pagar pensão, entre outras.)
- ☐ Nenhuma

Outro: ☐ _____

10. Caso TENHA assinalado alguma das formas de agressão mencionadas anteriormente, e sinta-se a vontade, poderia descrever o ocorrido e o local da agressão?

11. Você acredita que os governantes do município se importam e trabalham para o seu bem estar e segurança?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

12. Você se envolve ou já se envolveu, de alguma forma, com as decisões políticas da cidade?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Pular para a pergunta 14*

Sobre a questão anterior

13. Você poderia descrever como se dá seu envolvimento político em Rio Claro?

Já está
acabando!

Nesta última parte gostaria da sua ajuda respondendo três perguntinhas que me guiarão na elaboração do mapa da minha pesquisa.

14. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra SEGURANÇA? Descreva-o a seguir:

15. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra INSEGURANÇA? Descreva-o a seguir:

16. Qual o primeiro símbolo/desenho que vem a sua cabeça quando pensa na palavra VIOLÊNCIA (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial)? Descreva-o a seguir:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Fonte: elaborado pela autora